

ANEXO I – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

1. PLANEJAMENTO

A **CONTRATADA** deverá realizar o diagnóstico da situação atual, objetivando o planejamento das etapas seguintes para execução dos serviços. Nessa etapa, deverão ocorrer reuniões com os representantes das partes para apresentação formal, pela **CET**, das diretrizes necessárias à execução do trabalho, a realizar-se da seguinte forma:

1.1. Reunião de abertura: no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da assinatura do contrato, será realizada reunião de que se trata o item inicial do planejamento, na sede da **CET**. A reunião será registrada em Ata que fará parte do instrumento contratual;

1.2. Reunião para apresentação do diagnóstico: no prazo de até 07 (sete) dias úteis após a reunião de abertura, a **CONTRATADA** deverá apresentar diagnóstico que inclua as premissas, restrições, peculiaridades, ameaças e riscos associados à execução dos serviços, além de descrever claramente as metodologias utilizadas, especialmente no que diz respeito à transição dos códigos de identificação antigos para os novos, garantindo a segurança dessa operação. A **CONTRATADA** também deverá apresentar cronograma com prazos para a execução dos serviços, juntamente com um roteiro detalhado das visitas. Esse roteiro deverá especificar as atividades relacionadas à operacionalização e logística dos serviços em todas as localidades mencionadas no Anexo II deste Termo de Referência.

1.3. Cronograma de execução: a evolução da execução do cronograma dentro dos prazos estabelecidos deverá ser monitorada e enviada diariamente pela **CONTRATADA** para a **CET** por meio eletrônico.

2. LEVANTAMENTO PATRIMONIAL

2.1. INVENTÁRIO FÍSICO

2.1.1. Os serviços serão executados em dias úteis, em horários previamente acordados entre as partes, com base no cronograma estabelecido, sendo indicado pela **CET** o(s) responsável(is) em cada local para acompanhamento dos trabalhos.

2.1.2. A **CONTRATADA** deverá carregar os dados contábeis e informações em meio digital para que sejam feitas as conversões da base contábil dos ativos e a devida análise das informações dos bens patrimoniais para a realização do inventário e coleta de dados em campo.

2.1.3. A **CONTRATADA** deverá fornecer as plaquetas de identificação de cor amarela, conforme desenho definido no Anexo III – DESENHO DA PLAQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DOS BENS, para todos os bens que serão inventariados, bem como disponibilizar à **CET** uma quantidade adicional de 20% do total de plaquetas fixadas, a fim de serem reservadas para identificar os bens provenientes de futuras incorporações patrimoniais.

2.1.3.1. As novas plaquetas de identificação deverão ser obrigatoriamente de cor amarela, conforme especificações estabelecidas no Anexo III – DESENHO DAS PLAQUETAS DE IDENTIFICAÇÃO DOS BENS e quantidades estabelecidas pela **CET**.

2.1.3.2. A **CONTRATADA** será responsável por realizar a substituição de todas as plaquetas antigas que possuem o logo da CET. Isso inclui a coleta dos códigos das plaquetas antigas, verificando a correspondência com os respectivos bens, assim como remover as plaquetas antigas cuidadosamente, preservando a integridade dos bens, e em seguida, instalar as novas plaquetas, resultando na substituição de todas as plaquetas antigas de identificação pelas novas.

2.1.3.3. Antes da afixação das plaquetas novas, a **CONTRATADA** deverá registrar o código das plaquetas antigas de cada bem, de maneira organizada e clara. Posteriormente, deverá fazer a conversão dos códigos das antigas plaquetas para os novos das plaquetas amarelas, garantindo a rastreabilidade e o correto registro dos ativos patrimoniais da Companhia.

2.1.4. A **CONTRATADA** fará a identificação das plaquetas, colherá os dados dos bens com a utilização de coletor de dados portátil com scanner para leitura de código de barras, com capacidade para armazenamento de dados, no intuito de coletar e registrar as informações no sistema de inventário de forma automatizada. Os coletores de dados portátil serão de responsabilidade da **CONTRATADA**.

2.1.5. Para cada local inventariado, será emitido um relatório de itens (individualizados, contendo as informações sobre a identificação dos bens – plaquetas, descrição, condição de uso, etc.), que deverá ser assinado pelos responsáveis da **CONTRATADA** e da **CET**.

2.1.6. A atribuição do estado de conservação dos bens móveis, inclusive equipamentos, observará os critérios abaixo:

Descrição	Conceito / Motivo do Estado de Conservação
SERVÍVEL	
Bom	Aquele que está em uso e não possui defeitos.
Regular	Aquele com pequenas avarias e/ou alteração das características.
Ruim	Aquele com avarias e com condições de uso limitadas.
INSERVÍVEL	
Ocioso	Aquele que, embora em perfeitas condições de uso, não está sendo utilizado pela unidade.
Recuperável	Aquele passível de recuperação, desde que o custo do procedimento não ultrapasse 50% de seu valor de mercado.
Antieconômico	Aquele cuja manutenção for onerosa ou seu rendimento precário e obsoleto
Irrecuperável	Aquele para o qual não há possibilidade de uso para a finalidade a que se destina, devido à perda de suas características ou em razão da inviabilidade econômica que se destina.

2.1.7. A **CONTRATADA** deverá padronizar a denominação dos bens, criando tabela padrão.

2.1.8. A **CONTRATADA** deverá classificar os itens por U.O. e localização física.

2.2. CONCILIAÇÃO – COTEJAMENTO DOS ITENS

2.2.1. CONCILIAÇÃO PATRIMONIAL

2.2.1.1. Deverá ser efetuado o processamento e automação da conciliação entre os dados coletados e os dados anteriores existentes na base do cadastro patrimonial. No caso de perfeita conciliação entre os dados, o bem será dado por definitivamente conciliado, alterando-se, se necessário, apenas alguns dados cadastrais, de modo a permitir melhor identificação de cada bem patrimonial.

2.2.1.2. Nesse processo, será conferida a descrição e, se houver divergências, será regularizada e/ou alterada. Para os bens não identificados com plaquetas patrimoniais, no momento do inventário, a conciliação deverá ser feita por critérios técnicos (marca, modelo, ano, fabricação e estado de conservação).

2.2.1.3. Dessa conciliação, resultará a identificação de possíveis faltas patrimoniais (bens existentes no cadastro do sistema patrimonial e que não foram localizados fisicamente) ou sobras físicas (bens localizados fisicamente que não foram identificados no cadastro do sistema patrimonial).

2.2.1.4. Diante da constatação de sobras físicas ou faltas patrimoniais, caberá à **CONTRATADA** a sugestão de alternativas para o encerramento da conciliação, visando a eliminação das sobras e faltas.

2.2.1.5. O saneamento da base de dados do cadastro patrimonial compreende as atividades de regularização do cadastro de bens e cotejamento entre as informações disponibilizadas pela **CET** e as informações coletadas no inventário pela **CONTRATADA**.

2.2.1.6. Após a reconciliação, a **CONTRATADA** deverá apresentar relatório de sobras e elenco de alternativas e métodos para o tratamento dos saldos divergentes, sujeitos à aprovação da **CET**.

2.2.1.7. Deverá ser feita a conciliação patrimonial e localização dos bens não encontrados e que ainda não foram regularizados, emitindo-se relatórios e proposta de regularização.

2.2.2. CONCILIAÇÃO CONTÁBIL

Após a conciliação patrimonial deverá ser procedida a conciliação contábil, visando os ajustes de valores, por grupos do Ativo Imobilizado.

2.3. EMISSÃO DE RELATÓRIOS

Ao final do inventário, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar à **CET** planilhas e relatórios finais, contendo o resultado do inventário, devendo contemplar:

2.3.1. Listagem de bens localizados no levantamento físico e que já constavam no banco de dados/relatório de bens do controle patrimonial da **CET**;

2.3.2. Listagem de bens não localizados no levantamento físico (sobras contábeis) e que já constavam no banco de dados/relatório de bens do controle patrimonial da **CET**;

2.3.3. Listagem de bens localizados no levantamento físico e que não constavam no banco de dados/relatório de bens do controle patrimonial da **CET**;

2.3.4. Listagem de bens considerados inservíveis;

2.3.5. Planilha eletrônica com saldos físicos e contábeis da conciliação;

2.3.6. Planilha eletrônica para importação de dados do inventário no Sistema de Patrimônio da CET, conforme leiaute a ser disponibilizado;

2.3.7. Todas as planilhas eletrônicas devem ser entregues à CET no formato “.xls”, compatível com Microsoft Excel® 2016 e no formato “.pdf”.

3. AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

3.1. AVALIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS E INTANGÍVEIS

3.1.1. A CONTRATADA realizará a avaliação dos bens, conforme estabelecido nos Pronunciamentos Técnicos nº ICPC 10, CPC 27, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na NBR- Norma Brasileira nº 14.653, e nos demais instrumentos legais aplicáveis, com a emissão dos laudos de avaliação.

3.1.2. Os relatórios de avaliação deverão ser apresentados fundamentados e com informações mínimas que permitam o pleno atendimento às práticas contábeis, conforme consta do Item 34 do ICPC 10.

3.1.3. Os laudos técnicos de avaliação patrimonial deverão ser apresentados de modo que atendam o disciplinamento dado pelas Leis nos 6.404/1976, 11.638/2007, 11.941/2009, ICPC 10, e normas da ABNT– Associação Brasileira de Normas Técnicas e entregues junto com o relatório final.

3.2. DETERMINAÇÃO DA VIDA ÚTIL

3.2.1. A CONTRATADA deverá determinar a vida econômica dos bens através de laudos técnicos e de acordo com metodologia definida no Pronunciamento Técnico ICPC 10.

3.2.2. Os laudos deverão conter os bens especificados individualmente e serem entregues em 02 (duas) vias, sendo uma em meio digital e outra em papel, contendo:

3.2.2.1. Descrição dos critérios e metodologia adotados;

3.2.2.2. Demonstrativo dos cálculos efetuados;

3.2.2.3. Análise da vida útil dos ativos;

3.2.2.4. Depreciação estimada pela vida útil remanescente dos ativos;

3.2.2.5. Descrição dos bens intangíveis identificados;

3.2.2.6. Deverão estar fundamentados na ABNT pertinente.

3.3. APURAÇÃO DO VALOR RESIDUAL

3.3.1. A CONTRATADA deverá apurar o valor residual individualizado de cada bem, de acordo com a interpretação técnica do ICPC 10, apresentando sua metodologia de cálculo e

determinando a vida econômica para cada grupo de bens por meio de laudos técnicos, de acordo com metodologia definida no ICPC 10, nos CPCs 04 e 27 e demais legislações pertinentes.

3.3.2. Os laudos técnicos deverão conter os itens especificados individualmente e ser entregues em 02 (duas) vias, sendo uma em meio digital e outra em papel, contendo a descrição dos critérios e metodologia adotados, demonstrativo de cálculos efetuados, análise da vida útil dos ativos intangíveis, depreciação estimada pela vida útil remanescente dos ativos, taxas de depreciação/amortização econômica e fiscal.

3.4. TESTE DE RECUPERABILIDADE (IMPAIRMENT TEST)

3.4.1. Trata-se do comparativo entre o valor avaliado e o valor contábil, ou seja, para o exercício vigente.

3.4.2. Os laudos técnicos do teste de recuperabilidade (*impairment test*) deverão ser apresentados de modo que atendam o disciplinamento dado pelas Leis nº 6.404/1976, 11.638/2007, 11.941/2009 e pelo ICPC 10, normas da ABNT– Associação Brasileira de Normas Técnicas e demais instrumentos legais necessários para o pleno atendimento às normas contábeis, um laudo referente ao final de cada exercício vigente.

3.5. EMISSÃO DE RELATÓRIOS

Os laudos e relatórios deverão ser entregues em 02 (duas) vias, sendo 01 (uma) via em meio digital e outra em papel e apresentarão o resultado do teste de recuperabilidade (*impairment test*), contemplando:

3.5.1. Laudo técnico da vida útil dos bens;

3.5.2. Laudo técnico do teste de recuperabilidade (*impairment test*) dos bens móveis e intangíveis;

3.5.3. As seguintes planilhas eletrônicas em meio digital:

3.5.3.1. Planilhas com o teste de recuperabilidade (*impairment test*) e saldos contábeis da conciliação;

3.5.3.2. Planilhas para importação de dados do teste de recuperabilidade (*impairment test*) no sistema de patrimônio da **CET**;

3.5.3.3. As planilhas citadas deverão conter, no mínimo:

- Dados do bem;
- Dados do responsável;
- Dados de localização física;
- Dados de aquisição;
- Valor depreciado total;
- Valor depreciado no exercício;
- Taxa de depreciação;
- Conta-contábil.

3.5.4. Relatórios:

3.5.4.1. Do teste de recuperabilidade (*impairment test*) até o mês de referência dos laudos e dos relatórios correspondentes ao exercício vigente. Este relatório deve conter no mínimo:

- Conta - contábil;
- Registro patrimonial - RP antigo;
- Sequencial;
- Registro patrimonial - RP novo;
- Descrição do bem;
- Valor justo;
- Valor contábil líquido;
- Valor do teste de recuperabilidade (*impairment test*).

3.5.4.2. Do teste de recuperabilidade (*impairment test*) até o mês de referência dos laudos e dos relatórios correspondentes ao exercício vigente, com valores totalizados por conta contábil, dos bens móveis e intangíveis, demonstrando os valores apurados no teste de recuperabilidade (*impairment test*) para cada rubrica.

3.5.4.3. Se houver bens a incorporar - relatório dos bens sem plaquetas para incorporação até o mês de referência dos laudos e dos relatórios correspondentes ao exercício vigente, contendo no mínimo:

- Conta - contábil;
- Registro patrimonial RP novo;
- Descrição;
- Data do laudo;
- Valor de aquisição do bem em estado novo;
- Valor justo;
- Valor residual;
- Vida útil;
- Vida útil em anos;
- Taxa de depreciação ano em %;
- Valor a depreciar;
- Valor a depreciar no ano.

3.6. ASSESSORAMENTO TÉCNICO

Sem prejuízo das especificações detalhadas nos itens antecedentes, os serviços compreenderão também o assessoramento técnico, no que tange aos procedimentos e registros contábeis e tributários, inclusive elaboração de notas explicativas às demonstrações financeiras, referentes aos valores decorrentes da execução dos serviços contratados, bem como apresentação presencial dos laudos nos órgãos colegiados da **CET**.

3.7. LAUDOS TÉCNICOS

Todos os laudos técnicos decorrentes dos serviços contratados deverão ser elaborados na forma que disciplina a legislação vigente e os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

ANEXO II – RELAÇÃO DOS ENDEREÇOS FÍSICOS DA CET

	LOCAL	QTDE
1	Pça. D. Pedro II, 1000 Pq. D. Pedro – PAT RANGEL	24
2	Pça Augusto Rademaker Grunewald, 51- Itaim Bibi – PAT BAND	102
3	Av. Guido Caloi, 300 - Campo Limpo	218
4	Rua Thomaz Edison, 852/910 - Barra Funda	43
5	Av. Marquês de São Vicente, 2154 - Barra Funda	3332
6	Av. Morvan Dias Figueiredo, s/n - Vl. Maria – PAT TATUAPÉ	36
7	Av. Morvan D. Figueiredo, 897 - Vila Maria – PAT V. MARIA	10
8	Av. Doutora Ruth Cardoso, 7163 - Pinheiros	1444
9	Av. Doutora Ruth Cardoso, 7203 - Pinheiros	1587
10	Av. Rio Bonito, 2148 - Socorro	50
11	Pça Alberto Lion, 399 - Cambuci	15
12	Pça Franklin Delano Roosevelt x Rua Martinho Prado - Centro	23
13	Pça Nina Rodrigues, s/n - Glicério	329
14	Rua Antonio J M Andrade, s/n Moema	39
15	Rua Francisco José Sales, 85 - Campo Limpo	18
16	Rua Américo Salvador Novelli, 88 - Itaquera	486
17	Rua Barão de Itapetininga, 18 – Centro	4312
18	Rua Bela Cintra, 385 - Consolação	6380
19	Rua Bráulio Gomes, 36 - Centro	691
20	Rua Dona Brígida, 721 - Vl. Mariana	830
21	Rua Emília Marengo, 1073 - Tatuapé	422
22	Rua Francisco Marengo, 1980 - Tatuapé	421
23	Rua Laguna, 1170 - Jd. Caravelas	369
24	Rua Santa Rita, 590 - Pari	1088
25	Rua Santo Amaro, 216 - Centro	5541
26	Rua Sumidouro, 546 - Pinheiros	304
27	Rua Sumidouro, 730 – Pinheiros	5
28	Rua Sumidouro, 740 - Pinheiros	3056
29	Av. Pres. Castelo Branco, 10528 - Bom Retiro	88
30	Rua Boa Vista, 236 - andares 2º, 3º e 5º, subsolo e mezanino – Centro	328
31	Rua Pedra Azul, 76 - Aclimação	5
32	Av. Santos Dumond, s/n, Ponte das Bandeiras - PAC TORRE	5
33	Rua Eng. Oscar Americano, 11 Morumbi – Túnel Jânio Quadros	5
	TOTAL	31.606

ANEXO III – DESENHO DAS PLAQUETAS DE IDENTIFICAÇÃO DOS BENS



CARACTERÍSTICAS DO MATERIAL

Material: Alumínio
Dimensão: 46 x 15 mm
Espessura: 0,30
Fundo em amarelo - CMYK 0 20 100 0
Rebite: Sim
Bisnaga - Cola junta da motor 3M: 0
Auto Adesivo: Sim
Cor dados variáveis: Preto
Fonte: Arial
Cor do logo: Preto
Código de barras: Sim
Padrão: btCode128B
Nr. de dígitos: 6
Exemplo de estrutura de código: 000000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/23

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INVENTÁRIO FÍSICO E AVALIAÇÃO PATRIMONIAL,
COM SUBSTITUIÇÃO DE TODAS AS PLAQUETAS**

**EXPEDIENTE Nº 351/23
ÍNDICE**

1. - DO PREÂMBULO
2. - DO OBJETO
3. - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
4. - DOS IMPEDIMENTOS PARA PARTICIPAR DE LICITAÇÕES OU SER CONTRATADO PELA CET
5. - DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
6. - DO CREDENCIAMENTO
7. - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA LICITANTE
8. - DOS LANCES
9. - DA NEGOCIAÇÃO
10. - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
11. - DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO
12. - DA FASE RECURSAL
13. - DA ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
14. - DO PREÇO
15. - DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO
16. - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO
17. - DO PRAZO
18. - DO LOCAL DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO
19. - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
20. - DA VISTORIA TÉCNICA FACULTATIVA
21. - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL
22. - DAS PENALIDADES
23. - DA SUBCONTRATAÇÃO
24. - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXOS :

- ANEXO I- Termo de Referência e locais para a execução dos serviços e Desenho das plaquetas
- ANEXO II - Declaração para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
- ANEXO III - Proposta
- ANEXO IV - Minuta do Contrato
- ANEXO V - Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos
- ANEXO VI - Declaração Sobre Trabalho de Menores
- ANEXO VII - Declaração Sobre Tributos Municipais
- ANEXO VIII - Modelo de Fiança Bancária
- ANEXO IX - Declaração Sobre Condições de Participação
- ANEXO X - Declaração Ciência do Código de Conduta e Integridade da CET
- ANEXO XI - Credenciamento para a Vistoria Técnica Facultativa
- ANEXO XII - Comprovante de Vistoria Técnica Facultativa
- ANEXO XIII - Declaração de não Realização Vistoria Técnica

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/23

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INVENTÁRIO FÍSICO E AVALIAÇÃO PATRIMONIAL,
COM SUBSTITUIÇÃO DE TODAS AS PLAQUETAS**

EXPEDIENTE Nº 351/23

1 - DO PREÂMBULO

1.1. A **COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET** torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação **na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO**, objetivando a contratação de empresa para a prestação de serviços de inventário físico e avaliação patrimonial, com substituição de todas as plaquetas, para atender às necessidades da **CET**, a ser processada e julgada em conformidade com o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios - RILCC da CET, com o Código de Conduta e Integridade da CET, com a Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal 13.303/16, Decreto Federal nº 10.024/19, Decreto Municipal nº 56.475/15 e com a Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores, na seguinte conformidade:

A abertura da sessão pública deste **PREGÃO ELETRÔNICO**, ocorrerá no site: www.gov.br/compras/pt-br/, às **09h30** min do dia **16/janeiro/2024**.

MODO DE DISPUTA: Aberto **REGIME DE EXECUÇÃO:** Empreitada por Preço Unitário

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Total

Este Edital e seus Anexos poderão ser obtidos via Internet nos sites do **COMPASNET:** www.gov.br/compras/pt-br/, da **PMSF:** <https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br>, e da **CET** <http://www.cetsp.com.br>.

1.2. As licitantes interessadas em participar da licitação **poderão** realizar Vistoria Técnica Facultativa, nos locais onde serão realizados os serviços e se encontram as instalações, conforme **Cláusula 21** deste Edital.

1.3. As licitantes que optarem pela realização da Vistoria, deverão encaminhar o **Comprovante de Vistoria Técnica Facultativa**, conforme Anexo XII.

1.4. As licitantes que não optarem pela realização da Vistoria e, conseqüentemente, pela não obtenção do **Comprovante de Vistoria Técnica Facultativa**, deverão apresentar a **Declaração de Não Realização de Vistoria Técnica Facultativa**, conforme Anexo XIII.

2 - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste Edital, pelo regime de empreitada por preço global, a prestação de serviços de inventário físico, envolvendo a substituição de todas as plaquetas de identificação de bens da CET, levantamento patrimonial do ativo imobilizado, avaliação patrimonial dos bens móveis inventariados e dos bens intangíveis, além da conciliação dos registros com os bens localizados fisicamente, de acordo com o Anexo I – Termo de Referência e Locais para a Execução dos Serviços e Desenho das Plaquetas.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as pessoas jurídicas que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus Anexos, que tenham objeto social pertinente e compatível com o licitado e estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF**.

3.2. As empresas não cadastradas no **SICAF**, para participar do presente Pregão Eletrônico, deverão providenciar o cadastramento junto a qualquer Unidade Cadastradora dos Órgãos da Administração Pública.

3.2.1 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br.

3.3. Como requisito para a participação, a licitante deverá manifestar, em campo próprio, disponibilizado pelo sistema, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e Anexos e sua habilitação junto a qualquer unidade cadastradora dos Órgãos da Administração Pública.

3.4. Quando da participação de microempresas e empresas de pequeno porte, serão concedidos às mesmas, os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores, observando o seguinte:

I - Aplicam-se as disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores.

II - As microempresas ou empresas de pequeno porte interessadas em participar do presente certame deverão declarar no campo próprio do sistema que atendem os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores, como condição de participação. Do contrário, estarão sujeitas à aplicação das penalidades previstas no presente Edital.

III - A Licitante deverá apresentar declaração que ateste sua situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações posteriores e no Decreto Municipal nº 56.475/15, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, **conforme Anexo II** - Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, que deverá ser assinada por seu representante legal.

IV - Serão consideradas, para os efeitos deste Pregão Eletrônico, Microempresas, Empresas de pequeno porte, aquelas sociedades empresárias, sociedades simples, a empresa individual de responsabilidade limitada, sociedades cooperativas, nos termos do § 2º do artigo 1º do Decreto Municipal nº 56.475/15 e empresários enquadrados nos termos do artigo 3º da Lei Complementar 123/06 e suas alterações posteriores.

4 - DOS IMPEDIMENTOS PARA PARTICIPAR DE LICITAÇÕES OU SER CONTRATADO PELA CET (Artigos 18 e 19 do RILCC)

4.1. Estará impedida de participar da licitação ou de ser contratada pela **CET** a pessoa física ou jurídica:

I - Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja dirigente ou empregado da **CET**;

II - Suspensa pela **CET**;

III - Declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a **CET**, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV - Impedida de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração Pública do Município de São Paulo, nos termos do artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de junho de 2002;

V - Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI - Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VII - Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII - Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

IX - Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

Parágrafo único - Aplica-se a vedação prevista neste item:

I - À contratação do empregado ou dirigente da **CET**, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

II - A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) Dirigente da **CET**;

b) Empregado da **CET** cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

c) Autoridade do Município de São Paulo a que a **CET** esteja vinculada.

III - Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a **CET** há menos de 06 (seis) meses.

5 - DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

5.1. Os interessados que tiverem dúvidas de caráter técnico ou legal poderão solicitar os esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório do pregão, no prazo de **até 05 (cinco) dias úteis**, antes da data fixada para a abertura da licitação, preferencialmente pelos e-mails: belchior@cetsp.com.br e esdrasp@cetsp.com.br, ou protocolizar na Rua Barão de Itapetininga nº 18 - 1º andar - Centro, de 2ª a 6ª feira, das 09:00 horas às 17:00 horas.

5.1.1. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o quinto dia útil que anteceder a data fixada para a abertura da licitação, as falhas ou irregularidades que viciaram esse Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

5.1.2. Não serão conhecidas impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

5.2. Para a impugnação, é obrigatória a apresentação de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica, por documento original ou cópia autenticada.

5.2.1. No caso de impugnação por meio eletrônico, os documentos solicitados deverão ser encaminhados digitalizados.

6 - DO CREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição pelo provedor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no site www.comprasnet.gov.br.

6.2. As licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor.

6.3. O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, **que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.**

6.4. Para a participação de microempresa ou empresa de pequeno porte, os procedimentos da licitação seguirão o disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores e Decreto Municipal nº 56.475/15, devendo as interessadas declarar tal condição, mediante os meios disponibilizados pelo sistema.

6.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da Licitante e de seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.6. O uso da senha de acesso pela Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à **CET** responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7 - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA LICITANTE

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

7.1.1. A partir das **09h30min do dia 16 de janeiro de 2024**, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços, recebidas de acordo com as especificações e condições do Edital, iniciando-se a etapa de lances, no site www.gov.br/compras/pt-br/.

7.2. A proposta deverá ser encaminhada com **valor total**, a partir da disponibilização do sistema até o horário previsto para o início da Sessão, horário de Brasília, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, devendo conter as especificações detalhadas do objeto.

7.2.1. Após a inserção da proposta no sistema e início da sessão, as Licitantes não poderão fazer nenhuma alteração nas especificações técnicas, sob pena de desclassificação.

7.2.2. Até a abertura da sessão, o Licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

7.2.3. Até a abertura da sessão pública, o Licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação, conforme item 11 do edital, anteriormente inseridos no sistema.

7.3. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.

7.4. Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do PREGÃO, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, de sua desconexão ou por sua omissão quando chamado à manifestação via “chat”.

7.5 . A apresentação da proposta comercial, **após a etapa de lances** e sendo a primeira classificada, deverá ser enviada conforme modelo constante do Anexo III – Proposta, e atender aos seguintes requisitos:

7.5.1. A proposta de preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, impressa preferencialmente em papel timbrado da licitante, datada e assinada por seu representante legal, devendo constar: nome ou razão social da licitante, endereço completo, CNPJ, inscrição estadual, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver, bem como o nome, cargo, número do RG de seu representante legal;

7.5.2. Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.

7.5.3. Ser apresentada com cotação de **preço unitário e total com duas casas decimais**. Em havendo divergência, prevalecerá o preço unitário.

7.6. O preço cotado deverá ser equivalente ao praticado no mercado na data de sua apresentação e compreenderá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelos **serviços**, inclusive dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como transporte, frete, ou quaisquer outras despesas que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto do Edital.

7.7. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais deste Edital e Anexos, bem como as omissas e as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

7.7.1. Consideram-se exigências essenciais aquelas que não possam ser atendidas no ato, por simples manifestação de vontade do representante e aquelas cujo atendimento, nesse momento possam representar riscos de fraude aos princípios da licitação.

7.8. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será classificada em 1º lugar.

7.8.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações pelos modos aberto ou fechado sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

8 - DOS LANCES

8.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances no valor total, por lote, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente, informadas do seu recebimento.

8.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras para a sua aceitação.

8.2.1 A licitante somente poderá oferecer lance ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.3. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.4. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.5. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.6. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.7. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.8. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

- 8.9.** Durante o transcurso da Sessão Pública, as Licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.
- 8.10.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às Licitantes para a recepção dos lances.
- 8.11.** Quando a desconexão persistir, por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício após comunicação expressa do Pregoeiro às Licitantes.
- 8.12.** A etapa de lances será encerrada mediante aviso emitido pelo sistema eletrônico.
- 8.13.** Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.14.** Em havendo participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a partir deste momento, deverá ser observado o previsto na Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações posteriores e Decreto Municipal nº 56.475/2015.
- 8.14.1.** Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema utilizado, deverá verificar se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores e Decreto Municipal nº 56.475/2015, ou seja, propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.
- 8.14.2.** Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada, até então, vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 8.14.3.** Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, não exerça o benefício de ofertar preço inferior àquela considerado o vencedor do certame, ou não o faça no tempo apurado, serão convocadas as remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto previsto no subitem 7.8.1. Na ordem classificatória para exercício do mesmo direito.

9 - DA NEGOCIAÇÃO

- 9.1.** Confirmada a efetividade do lance ou proposta que obteve a primeira colocação na etapa de julgamento, ou que passe a ocupar essa posição em decorrência da desclassificação de outra que tenha obtido colocação superior, a CET deverá negociar condições mais vantajosas com quem a apresentou.
- 9.1.1.** O preço unitário máximo admitido é sigiloso, e será informado após o final da etapa de negociação, nos termos do artigo 40, VII do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios - RILCC da CET.
- 9.2.** A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.
- 9.3.** Se depois de adotada a providência referida no item **9.2.** não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação.
- 9.4.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;
- 9.4.1.** Após a negociação e decisão acerca da aceitação do lance de Menor Preço Total, o Pregoeiro anunciará no sistema Comprasnet a licitante detentora da melhor oferta.

9.5. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, mediante encaminhamento de arquivos eletrônicos digitalizados que deverão ser anexados ao Sistema Comprasnet por meio da opção “enviar anexo”.

9.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.5.2. Na remota hipótese da indisponibilidade comprovada do sistema, a documentação poderá ser enviada, através de correio eletrônico para os endereços: belchior@cetsp.com.br, e esdrasp@cetsp.com.br, os quais não recebem arquivos com extensões do tipo -.zip, .exe, .com, bem como, arquivos anexados maiores que 6Mb.

9.6. Sem prejuízo da obrigação anterior, a Licitante declarada vencedora deverá enviar para a respectiva Comissão de Licitação, localizada na Rua Barão de Itapetininga nº 18 - 2º andar, no prazo máximo de 02 (dois) dias, até as 17:00 horas, o original ou cópia autenticada dos documentos relacionados no item 11 deste Edital, bem como proposta de preços atualizada em conformidade com os lances eventualmente ofertados e após a negociação realizada.

9.7. A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para fins de habilitação, podendo, todavia, existir no que tange a regularidade fiscal/trabalhista, documento(s) que apresente(m) alguma restrição. Nesse caso, em havendo atendimento aos demais requisitos do Edital, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada, conforme os procedimentos contidos no Decreto Municipal nº 56.475/15, na Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações posteriores.

9.7.1. A não regularização da documentação, nos termos do subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.8. O pregoeiro poderá solicitar o reenvio da proposta visando seu saneamento, caso detecte algum erro que não comprometa os valores negociados.

10 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de Menor Preço Total, observados os parâmetros definidos neste edital e em seus anexos quanto ao objeto, bem como as regras específicas sobre a participação de microempresas ou empresas de pequeno porte.

10.1.1. Para fins de julgamento da licitação, as propostas apresentadas por licitantes estrangeiras deverão ser submetidas à equalização dos preços, visando acrescer a elas o valor correspondente aos gravames decorrentes dos tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários a que estão submetidas as licitantes brasileiras.

10.2. O Pregoeiro verificará a **aceitabilidade** do lance de **Menor Preço Total**, comparando-o com a estimativa (valor de referência) nos autos. Caso a proposta/lance não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará o lance subsequente e assim sucessivamente, até a apuração do lance que atenda ao Edital.

10.2.1. Não serão aceitas propostas com valor global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

10.2.1.1. Consideram-se preços manifestamente inexequíveis, aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentos que comprovem que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

10.2.1.2. Se houver indícios de inexequibilidade do preço ofertado, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, para fins de comprovação de sua viabilidade econômica.

10.2.2. Efetuado o julgamento dos lances e propostas, será promovida a verificação de sua efetividade, promovendo-se a desclassificação daqueles que:

I - Contenham vícios insanáveis;

II - Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;

III - Apresentem preços manifestamente inexequíveis;

IV - Se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação;

V - Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela CET;

VI - Apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre as licitantes.

10.2.3. A verificação da efetividade dos lances ou propostas poderá ser feita exclusivamente em relação aos lances e propostas mais bem classificados.

10.2.4. A **CET** poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada.

10.2.5. Quando todas as licitantes forem desclassificadas ou inabilitadas, a **CET** poderá fixar prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas ou documentação escoimada das causas que culminaram nas respectivas desclassificações ou inabilitações.

10.2.6. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11 - DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

11.1. Divulgado o julgamento das propostas de preço na forma prescrita neste Edital, proceder-se-á à análise dos documentos de habilitação da licitante primeira classificada.

11.2. Será considerada habilitada a licitante que apresentar os documentos relacionados neste subitem.

11.2.1. Documentos relativos à **Habilitação Jurídica**:

11.2.1.1. Registro cadastral **atualizado** e/ou **declaração** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF**.

11.2.1.2. Cédula de identidade, no caso de pessoa física.

11.2.1.3. Registro comercial, no caso de empresa individual.

11.2.1.4. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI, sendo que, no caso de sociedades por ações, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores;

11.2.1.5. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.gov.br/mei;

11.2.1.6. inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;

11.2.1.7. decreto de autorização ou equivalente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.

11.2.2. Documentos relativos à Qualificação Econômico-Financeira

11.2.2.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, para comprovação do resultado igual ou superior a 1,00 (um inteiro) dos seguintes índices:

11.2.2.1.1. Índice de **Liquidez Corrente (LC)** superior a 1,00 (um inteiro), apurado mediante a seguinte operação:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

11.2.2.1.2. Índice de **Liquidez Geral (LG)** superior a 1,00 (um inteiro), apurado mediante a seguinte operação:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

11.2.2.1.3. Índice de **Solvência Geral (SG)** superior a 1,00 (um inteiro), apurado mediante a seguinte operação:

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

11.2.2.2. Comprovar Patrimônio líquido, através de apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, do último exercício social, já exigíveis e apresentados, na forma da lei, registrado na Junta Comercial, admitindo a atualização por índices oficiais de, **no mínimo, 10% (dez por cento) do valor da proposta.**

11.2.2.2.1. As demonstrações contábeis deverão ser transcritas no “Livro Diário”, com o Termo de Abertura e Encerramento, registrados na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, assinados pelo Diretor da empresa e pelo Contador, constando nome completo, cargo e registro no Conselho de Contabilidade.

11.2.2.2.2. As empresas sujeitas a Lei Federal nº 6.404/76 (Lei das S.A.), deverão apresentar a cópia da publicação do Balanço em jornal de grande circulação ou Diário Oficial, exceto os casos previstos na **Lei Federal nº. 13.818/2019.**

11.2.2.2.3. As licitantes obrigadas à escrituração por meio do SPED - Sistema Público de Escrituração Digital obrigam-se a apresentar o Balanço Patrimonial impresso pelo sistema, devidamente validado, do ano base exigível pela lei, nos termos do Decreto nº 6.022 de 22 de janeiro de 2007, conforme **IN RFB nº 1774, de 22/12/2017**, e deverão apresentar a seguinte documentação:

- a) Termos de Abertura e Encerramento do Livro Digital;
- b) Balanço Patrimonial, nos termos do art. 5º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 787, de 19 de novembro de 2007;
- c) Demonstrativo de Resultado do Exercício;
- d) Termo de Autenticação do Livro Digital.

11.2.2.4. A Autenticação dos livros contábeis digitais, será comprovada pelo recibo de entrega emitido pelo SPED nos termos do Decreto nº 8.683, art. 1º, §1º, de 25 de fevereiro de 2016.

11.2.2.5. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura, devidamente registrado.

11.2.2.6. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

11.2.2.6.1. No caso de sociedade simples, a proponente deverá apresentar certidão dos processos cíveis em andamento, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

11.2.2.6.2. No caso de certidão positiva, a empresa deverá juntar a certidão de objeto e pé, expedida pelo ofício competente, esclarecendo o posicionamento da(s) ação(ões).

11.2.3. Documentos relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista

11.2.3.1. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).

11.2.3.2. Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal do domicílio da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

11.2.3.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda do Município de São Paulo, (Tributos Mobiliários) da empresa licitante, seja matriz ou filial. Esta Certidão deverá ser a do CNPJ cadastrado para esta licitação.

11.2.3.3.1. Caso a empresa licitante esteja sediada fora do Município de São Paulo e não estar cadastrada como contribuinte neste Município de São Paulo, deverá apresentar:

11.2.3.3.1.1. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal (Tributos Mobiliários) do Município onde a empresa está sediada, relativa à empresa licitante, seja matriz ou filial. Esta Certidão deverá ser a do CNPJ cadastrado para esta licitação.

11.2.3.3.1.2. Declaração, firmada pelo respectivo representante legal, sob as penas da Lei, **do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo**, relativamente aos Tributos Mobiliários, **conforme Anexo VII.**

11.2.3.4. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - F.G.T.S.

11.2.3.5. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União abrangendo inclusive a regularidade das Contribuições Previdenciárias e de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal ou Procuradoria da Fazenda Nacional.

11.2.3.6. Certidão negativa de débitos referentes a tributos estaduais do domicílio ou sede da licitante.

11.2.3.6.1. As licitantes com **domicílio ou sede no Estado de São Paulo**, deverão também, comprovar a regularidade fiscal por meio da **Certidão Negativa que abranja todos os tributos estaduais, inscrito e não inscritos em Dívida Ativa**, solicitando a opção necessária a abrangência de todos os tributos, no site da Fazenda Estadual ou mesmo se dirigindo ao Posto Fiscal de sua vinculação, nos Serviços de Pronto Atendimento ou nas Centrais de Pronto Atendimento - CPA.

11.2.3.7. Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, nos termos da Lei Federal nº 12.440/11.

11.2.3.8. O licitante deverá apresentar ainda, as seguintes **declarações:**

11.2.3.8.1. Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos, conforme anexo V.

11.2.3.8.2. Declaração de pleno atendimento ao previsto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, conforme Anexo VI.

11.2.3.8.3. Declaração Sobre Condições de Participação, conforme Anexo IX.

11.2.3.8.4. Declaração de Ciência do Código de Conduta e Integridade da CET, conforme Anexo X.

11.2.3.9. A habilitação da Regularidade Fiscal e Trabalhista dos licitantes será verificada por meio do SICAF, através da apresentação do item 11.2.1.1 - Registro Cadastral atualizado e Declaração no sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, nos documentos por ele abrangidos desde que válidos e/ou alcançados nos sites da Internet.

11.2.3.9.1. Os documentos exigidos para habilitação da **Regularidade Fiscal e Trabalhista** que não estejam contemplados no **SICAF** - Registro Cadastral atualizado e Declaração no sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, serão enviados conforme solicitado no edital.

11.2.3.10. Além de apresentar os documentos exigidos para fins de habilitação, deverá apresentar documentação comprobatória da qualificação da licitante, mediante a apresentação de:

a) Declaração, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, subscrita por quem detenha poderes de representação, de que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar nº 147/14 e Decreto Municipal nº 56.475/15, nos moldes no **ANEXO II** do presente edital de Pregão.

11.2.3.11. Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal/trabalhista** das empresas enquadradas como **microempresa ou empresa de pequeno porte**, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, contado do julgamento da habilitação ou, na hipótese de inversão de fases, da classificação final dos licitantes, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.2.3.12. Os documentos apresentados devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste Edital, em dispositivo legal ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 90 (noventa) dias da data de sua expedição.

11.2.3.13. Todos os documentos exigidos poderão ser apresentados em original, mediante cópia autenticada por cartório competente ou por empregado da **CET**, membro da comissão de licitação ou pregoeiro, por publicação em órgão da imprensa oficial ou obtida pela internet em sítios oficiais do órgão emissor.

11.2.3.14. As certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal e tributária, desde que assim instituídas pelo órgão emissor, poderão ser emitidas pela internet (rede mundial de computadores), sendo válidas independentemente de assinatura ou chancela de servidor dos órgãos emissores.

11.2.3.15. Serão aceitas, como prova de regularidade fiscal, certidões positivas com efeitos de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

11.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.2.4.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade, por intermédio de **Atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado** emitido(s) em papel timbrado do(s) atestante(s), constando cargo e o nome legível do signatário, bem como os respectivos números de telefone(s) de contato, para uma eventual consulta, onde se comprove ter executado, satisfatoriamente, **serviços pertinentes e compatíveis** com o objeto desta licitação, como segue:

11.2.4.1.1. Serão aceitos comprovantes de Capacidade Técnica, atestado(s)/declaração(ões) fornecidos pelas empresas/entidades para as quais a licitante tenha fornecido, comprovando serviço satisfatório anterior de, no mínimo:

- 15.000 (quinze mil) itens, entre bens e imóveis

11.2.4.1.1.1. Para alcançar o quantitativo exigido, poderá a licitante utilizar-se do somatório das quantidades realizadas em tantos atestados quanto dispuser a CONTRATADA, objetivando comprovar que terá condições de atender o(s) serviço(s) do objeto licitado.

11.2.4.2. Comprovante de visita técnica facultativa, conforme - Anexo XII ou Declaração de não Realização de Vistoria Técnica conforme - Anexo XIII.

11.2.4.3. Comprovação da inscrição ou registro em nome da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação.

11.2.4.3.1. Caso seja apresentado o Atestado de Capacidade Técnica registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), a CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o atestado, a relação da equipe técnica que conste o engenheiro ou arquiteto como participante.

11.2.4.4. Comprovação de vínculo dos engenheiros ou arquitetos com a empresa CONTRATADA, que poderá ser efetuada por meio de cópia autenticada do Contrato de Trabalho na Carteira Profissional, ou cópia autenticada da Ficha de Registro de Empregados, ou contrato de prestação de serviços regidos pela legislação civil comum. No caso do profissional ser sócio ou diretor da Empresa, a comprovação poderá ser efetuada por meio de cópia autenticada do Contrato Social ou da Ata que comprove a sua eleição no cargo, devidamente registrada na Junta Comercial ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso.

11.2.4.5. Apresentar Certidão de Registro do responsável técnico designado pela empresa dentro de seu prazo de validade, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação.

11.2.4.6. Caso os Atestados ou Certidões apresentados estejam em unidades diversas daquela prevista no Edital ou no caso de impossibilidade de sua atualização, por hipótese de que os Órgãos emitentes dos Atestados/Certidões já não existam, poderá a própria Proponente efetuar a conversão de unidade, declarando que a faz sob as penas da Lei, juntando a respectiva declaração com o Atestado.

11.2.4.7. No caso de alterações societárias e nos casos de fusão, incorporação ou desmembramento de empresas, somente serão considerados os atestados em que, inequívoca e documentalmente, a empresa comprove a transferência definitiva do acervo técnico.

11.2.4.8. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal o procurador, com identificação clara de seu subscritor.

11.3. A aceitação dos documentos obtidos via “internet” ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, pelo Pregoeiro e equipe de apoio.

11.4. Para atender à Instrução Normativa nº 02/2019 emitida pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo, serão aferidas a existência de restrições para licitar e/ou contratar com a Administração Pública (suspensa, impedida, inidônea) mediante consulta a:

11.5.1. Apenados PMSP:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos_e_servicos/empresas_punidas/index.php?p=9255

11.5.2. Apenados TCESP: <http://www4.tce.sp.gov.br/publicacoes/apenados/apenados.shtm>**11.5.3.** Apenados Estado de São Paulo:

https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui.aspx/sancoes.aspx

11.5.4. Sistemas Federais:**a)** SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores)

<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/sica>

b) CADICON (Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos) - Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União - <https://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneos/>**c)** CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) - Empresas e pessoas físicas impedidas de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração, em todas as esferas e nos três Poderes -

<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>

d) CNIA (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) - https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php.**11.6.** Todos os documentos deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ e endereço respectivo.

a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz;

c) se a licitante for a matriz e a fornecedora for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial simultaneamente.

11.7. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.**11.8.** As empresas estrangeiras atenderão, nas licitações internacionais, às exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.**11.8.1.** Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado e autenticados pelos respectivos consulados.

12 - DA FASE RECURSAL

12.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema, em fase aberta pelo Pregoeiro e terá 05 (cinco) dias úteis para apresentar suas razões ao recurso, contado a partir da data da publicidade do ato em meio eletrônico ou da lavratura da ata da sessão, se presentes todos os licitantes e igual prazo terão as demais licitantes para a apresentação das contra-razões, contado do término do prazo da recorrente.

12.1.1. Havendo manifestação de intenção de recurso, caberá ao Pregoeiro verificar as condições de admissibilidade do recurso para decidir se admite ou não a intenção de recurso, fundamentadamente.

12.1.2. Nesse momento, o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.1.3. São condições de admissibilidade da intenção de recurso:

12.1.3.1. Tempestividade, devendo a intenção de recurso ser inserida no sistema no prazo estipulado em sessão;

12.1.3.2. Motivação, devendo ser clara e coerente, com a exposição breve das razões que levam à irregularidade e que será objeto dos memoriais.

12.1.3.3. Não serão aceitas as intenções de recurso que apresentarem motivações genéricas e sem apontamento substancial devidamente fundamentado. Tal prática poderá ser considerada como meio retardamento do certame.

12.1.4. Na hipótese de interposição de recurso administrativo, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente, para ciência e tomada de decisão.

12.1.5. O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.1.6. O recurso será dirigido à autoridade que praticou o ato recorrido, a qual apreciará sua admissibilidade, cabendo a esta reconsiderar ou não sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis e fazê-lo subir à segunda instância administrativa, devidamente informado.

12.1.7. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais ou com memoriais incompatíveis ou diversos daqueles indicados na motivação recursal prevista no subitem 12.1.3.2.

12.1.8. É assegurado aos licitantes o direito de obter vistas dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.1.9. A ausência de manifestação imediata e motivada por parte da licitante na Sessão Pública, importará na decadência do direito de recurso, assim como na Adjudicação do objeto do certame por parte do Pregoeiro à licitante vencedora e no encaminhamento do procedimento licitatório à autoridade competente para a Homologação.

12.2. No prazo para a apresentação das razões do recurso, o expediente ficará custodiado junto à Gerência de Suprimentos - GSP, localizada na Rua Barão de Itapetininga nº 18, 2º andar, Centro, São Paulo/SP, com vista franqueada aos interessados, mediante solicitação por escrito encaminhada por e-mail para os endereços eletrônicos belchior@cetsp.com.br e esdrasp@cetsp.com.br.

13 - DA ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

13.1. Em não havendo a interposição de recurso administrativo, após o pregoeiro realizar a Adjudicação do objeto, o expediente será submetido à autoridade competente para fins de Homologação do procedimento licitatório.

13.2. Em havendo a interposição de recurso administrativo e constatada a regularidade dos atos praticados, o expediente será submetido à autoridade competente para fins de Adjudicação do objeto do certame à licitação vencedora e de Homologação do procedimento licitatório.

13.3. A Adjudicação do objeto e a homologação da licitação não obrigam a CET à contratação do objeto licitado, gerando mera expectativa de direito.

14 - DO PREÇO

14.1. O preço ofertado deverá incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pela prestação dos serviços.

15 - DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

15.1. A adjudicatária será expressamente convocada para, no prazo de 02 (dois) dias corridos da data da convocação, assinar o Termo de Contrato, podendo ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo previsto.

15.2. Caso a Licitante Adjudicatária seja microempresa ou empresa de pequeno porte, habilitada condicionalmente nos termos deste Edital, deverá ser observado o prazo prorrogável de 05 (cinco) dias úteis para regularização da documentação fiscal, para, só então, começar a fluir o prazo de formalização do contrato.

15.2.1. O prazo de 05 (cinco) dias úteis começa a fluir a partir da data em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração.

15.2.2. A regularização deve se dar com a apresentação dos documentos tais como exigidos neste edital para a fase de habilitação.

15.2.3. Não havendo a regularização da documentação fiscal por parte da microempresa ou empresa de pequeno porte, no prazo estabelecido, a mesma decairá do direito à contratação, o que ensejará a aplicação das sanções cabíveis e a avaliação de prosseguimento do certame.

15.3. É facultado à Administração, quando a convocada não formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos, excluí-la do procedimento e convocar as Licitantes remanescentes na ordem de classificação, para fazê-lo, ou revogar a licitação, independentemente da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

16 - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1. Caso ocorra o vencimento do prazo de validade dos documentos apresentados na habilitação, subitens 11.2.3.3. a 11.2.3.7., a Licitante deverá providenciar a renovação e apresentá-los no ato da assinatura do Contrato, e:

16.1.1. Prova de inexistência de registro no CADIN (Cadastro Informativo Municipal) do Município de São Paulo, (Lei Municipal nº 14.094/05 e Decreto Municipal nº 47.096/06).

16.1.2. Comprovante de recolhimento da garantia de execução contratual.

17 - DO PRAZO

17.1. O prazo do ajuste será de 90 (noventa) dias, contados a partir data da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até a conclusão do serviço, respeitado o limite legal.

18 - DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1. Os locais de execução dos serviços são os constantes no Anexo I - Termo de Referência e locais para a execução dos serviços e Desenho das Plaquetas.

19 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1. As condições de pagamento estão previstas no Anexo IV - Minuta do Contrato.

20 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

20.1. A garantia de execução contratual, está prevista no Anexo IV - Minuta do Contrato.

20.2. Na assinatura do Contrato, a licitante vencedora deverá apresentar garantia, em favor da CET, correspondente a 3% (três por cento) do valor do Contrato, a fim de assegurar a sua execução, podendo ser prestada em qualquer das modalidades admitidas no artigo 70 da Lei Federal nº 13.303/16, e será restituída após o Termo de Recebimento Definitivo, atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente.

20.2.1. A garantia estipulada acima deve ser apresentada no momento de assinatura do Contrato. Excepcionalmente, a licitante vencedora poderá solicitar o prazo de 10 dias úteis, contados da assinatura do termo, para a apresentação da garantia contratual da assinatura do termo contratual.

20.2.2. Em caso da licitante vencedora optar pela prestação da Garantia na modalidade de Fiança Bancária, esta deverá apresentá-la conforme **Modelo de Fiança Bancária** contida no Anexo VIII do Edital.

20.3. Se houver prorrogação ou acréscimo no valor do Contrato, a **CONTRATADA** se obriga a fazer a complementação da garantia na assinatura do respectivo Termo Aditivo.

21 - DA VISTORIA TÉCNICA

21.1. As Licitantes interessadas poderão realizar **vistoria técnica facultativa** nos locais onde os serviços serão prestados, para conhecimento das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. A Vistoria Técnica Facultativa será realizada de 2ª a 6ª feira, em dias úteis, das 9h00 às 12h00, até 06 (seis) dias úteis antes da data prevista para abertura da sessão do Pregão Eletrônico, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (11) 3396-8255 com o Sr. Pedro Gabriel Sirna dos Santos, do Departamento de Controle de Bens e Imóveis -DCI e e-mail: dcj@cetsp.com.br.

21.1.1. A **vistoria técnica** será realizada de forma individualizada, sendo agendadas datas e horários diferentes para cada Licitante, **no edifício Barão**, sito à Rua Barão de Itapetininga, 18, Centro /SP.

21.2. A visita técnica visa a avaliação dos locais definidos pela CET onde serão prestados os serviços, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrerem em omissões, que não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

21.3. A visita será coordenada por representante da **CET**.

21.4. Para fins de realização de visita técnica, as licitantes deverão credenciar representante, no máximo 02 (dois), que fará(ão) a visita técnica, com observância ao modelo de credenciamento que constitui o Anexo XI – Credenciamento para Visita Técnica Facultativa.

21.5. Após a vistoria, será emitida Comprovação de Visita Técnica Facultativa, conforme Anexo XII.

21.6. As dúvidas técnicas que persistirem após a visita técnica, deverão ser encaminhadas para a **CET** conforme estabelecido no item 5 – Dos Esclarecimentos e Impugnação ao Edital.

21.6.1. As Licitantes não poderão alegar, posteriormente, desconhecimento e qualquer prejuízo ou reivindicar qualquer benefício em razão de informações e/ou esclarecimentos obtidos de forma diversa deste item.

21.7. As Licitantes que não realizarem a **vistoria técnica facultativa** deverão apresentar, **Declaração de não Realização de Vistoria Técnica** - Anexo XIII.

22 - DAS PENALIDADES

22.1. O descumprimento das obrigações estipuladas neste edital e seus anexos, sem prejuízo das penalidades previstas no instrumento contratual e na legislação vigente, sujeitará o licitante, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às seguintes penalidades:

22.1.1. Advertência, que poderá ser aplicada ao licitante que, sem justo motivo, tumultuar ou causar transtornos ao andamento do procedimento licitatório, desde que a gravidade da sua conduta não recomende a aplicação de penalidade mais grave.

22.1.2. Pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

22.1.2.1. Incide na mesma pena o licitante que, convocado dentro do prazo de validade da proposta, deixar de entregar a documentação exigida no certame, dar causa ao retardamento na execução do objeto licitado ou não manter a proposta ofertada, sem prejuízo da reparação dos eventuais danos causados à COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET.

22.2. Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo da licitação em questão.

22.3. Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para licitação em questão.

22.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação, quando houver, em especial:

22.4.1. Constatação de fraude na comprovação da habilitação ou no recolhimento de quaisquer tributos.

22.4.2. Comportamento de modo inidôneo ou prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir o licitante idoneidade para contratar com a COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO – CET.

22.4.3. Reincidência na prática das infrações sujeitas às penalidades de multa.

21.4.4. Cabe a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à CET, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

22.5. O prazo da suspensão será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

22.6. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, em caso de reincidência na prática das condutas apenadas com a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, salvo se o ato praticado acarretar grandes prejuízos/danos à COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET ou à Municipalidade, caso em que a pena de declaração de inidoneidade será aplicada de imediato, observado o disposto no subitem **21.8**.

22.7. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

22.8. A aplicação de penalidade não exclui a possibilidade de inabilitação ou de rescisão administrativa do Contrato, garantidos o contraditório e a defesa prévia.

22.9. Será remetida à Secretaria Municipal de Gestão - Seção de Cadastro de Fornecedores, cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pela Licitante, a fim de que seja averbada a penalização no cadastro municipal de fornecedores pela CONTRATADA, a fim de que seja averbada a penalização no cadastro municipal de fornecedores.

22.10. A aplicação das penalidades será precedida da concessão dos prazos estabelecidos em lei para apresentação de defesa prévia e de recurso, a contar da intimação de cada um dos atos, oportunidade em que será aberta vista do processo aos interessados.

22.10. Na hipótese da licitante vencedora deixar de entregar a documentação no prazo fixado no **subitem 9.6** deste Edital, será aplicada a multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor de sua proposta.

22.11. A fixação dos percentuais de multa previstos neste item, em percentuais inferiores aos limites indicados, poderá ser definido a critério da autoridade competente, por despacho fundamentado, com base no relato circunstanciado da área de suprimentos da **CET**, observando o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios - RILCC da **CET**.

23 - DA SUBCONTRATAÇÃO

23.1. Não será permitido subcontratar, ceder ou transferir o objeto deste Edital, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão contratual e sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

24 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. Fica a licitante ciente que a simples apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento do ajuste.

24.2. O presente Edital e seus Anexos, bem como a Proposta da Adjudicatária, integrarão o Contrato, independentemente de transcrição.

24.3. É facultado ao pregoeiro, comissão ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências adotando medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades meramente formais ou complementar a instrução do processo.

24.3.1. Poderá ser solicitada a comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, mediante, dentre outros documentos, de cópia do respectivo contrato, endereço da contratante e local em que foram prestados os serviços/fornecimentos.

24.4. Fica assegurado à **CET** o direito de, a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular ou revogar a presente licitação, no todo ou em parte, dando ciência aos participantes na forma da legislação vigente.

24.5. Poderá a autoridade competente, até a assinatura do Contrato, excluir o licitante ou o adjudicatário, por despacho motivado, se, após ou durante a fase de habilitação, tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.

24.6. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a **CET** não será, em caso algum, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.7. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

24.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na **CET**.

24.10. Casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo Pregoeiro.

24.11. As normas deste **PREGÃO** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação da licitante nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

24.12. Caso haja qualquer divergência entre as especificações contidas neste Edital e as constantes no **CATMAT (catálogo de materiais) do COMPRASNET**, prevalecerão, para todos os efeitos, as especificações do Edital.

24.13. O Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios - RILCC da CET está disponível para download e consultas na internet, através do hiperlink: <http://www.cetsp.com.br/media/838290/regulamentointernodelicitacoescontratoseconvenios.pdf>.

24.14. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o foro da Fazenda Pública da Comarca da Capital, São Paulo.

São Paulo, 06 de dezembro de 2023

MARIA DE FÁTIMA S. BELCHIOR
Supervisora do Departamento de Aquisição
de Bens e Serviços Padronizados

ALINE PATACHI
Gerente de Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/23

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INVENTÁRIO FÍSICO E AVALIAÇÃO PATRIMONIAL,
COM SUBSTITUIÇÃO DE TODAS AS PLAQUETAS**

ANEXO I

**TERMO DE REFERÊNCIA E LOCAIS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DESENHO
DAS PLAQUETAS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/23

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INVENTÁRIO FÍSICO E AVALIAÇÃO PATRIMONIAL, COM
SUBSTITUIÇÃO DE TODAS AS PLAQUETAS

ANEXO II

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

(NOME DA MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE), inscrita no CNPJ nº
, por intermédio de seu representante legal o Sr.(a)
, portador(a) da Carteira de Identidade nº e
do CPF nº, **DECLARA**, sob as penas do disposto no artigo 299 do
Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa ou de empresa de pequeno
porte nos termos da legislação vigente e bem assim que inexistem fatos supervenientes que
conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

Local e data

Nome por extenso do Representante Legal

RG:

CPF:

(em papel timbrado da empresa proponente)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/23

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INVENTÁRIO FÍSICO E AVALIAÇÃO PATRIMONIAL,
COM SUBSTITUIÇÃO DE TODAS AS PLAQUETAS**

ANEXO III - PROPOSTA

Item	Descrição dos Serviços	Unidade	Quantidade	Preço Total R\$
1	Prestação de serviços de inventário patrimonial e avaliação do ativo fixo (teste de impairment), da quantia estimada de 30.000 itens, entre bens e imóveis dos prédios indicados no Anexo I - Termo de Referência e relação dos prédios da CET .	Serviço	01	

NOME DA LICITANTE:

CNPJ Nº:

INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº:

ENDEREÇO/CEP:

TEL/FAX:

Declaramos conhecer e aceitar os termos do Edital e seus Anexos, que regem a presente licitação e propomos a prestação do serviço pelo valor total de R\$ ().

Declaramos que o prazo de validade da presente Proposta é de 60 (sessenta) dias.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa perante a licitação

Nome por extenso:

R.G.:

Cargo:

(em papel timbrado da empresa proponente)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/23

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INVENTÁRIO FÍSICO E AVALIAÇÃO PATRIMONIAL,
COM SUBSTITUIÇÃO DE TODAS AS PLAQUETAS**

EXPEDIENTE Nº 351/23

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

ÍNDICE

Cláusula Primeira - Do Objeto Contratual	pág. 1
Cláusula Segunda - Da Vigência/Prazo e Local de serviço	pág. 1
Cláusula Terceira - Das Condições de Fornecimento	pág. 1
Cláusula Quarta - Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada	pág. 2
Cláusula Quinta - Das Obrigações da CET	pág. 3
Cláusula Sexta - Da Fiscalização dos Serviços	pág. 4
Cláusula Sétima - Do Valor e Preços	pág. 4
Cláusula Oitava - Da Forma de Pagamento	pág. 4
Cláusula Nona - Dos Impostos e Incidências Fiscais Do Reajuste	pág. 5
Cláusula Décima - Das Garantias	pág. 5
Cláusula Décima Primeira - Do Reajuste	pág. 6
Cláusula Décima Segunda - Das Penalidades	pág. 6
Cláusula Décima Terceira - Da Subcontratação	pág. 9
Cláusula Décima Quarta - Do Rescisão	pág. 9
Cláusula Décima Quinta - Do Recebimento do Objeto	pág. 10
Cláusula Décima Sexta - Da Legislação Aplicável	pág. 11
Cláusula Décima Sétima – Das Disposições Finais	pág. 11
Cláusula Décima Oitava – Do Foro	pág. 11

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/23

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INVENTÁRIO FÍSICO E AVALIAÇÃO PATRIMONIAL,
COM SUBSTITUIÇÃO DE TODAS AS PLAQUETAS**

EXPEDIENTE Nº 351/23

CONTRATO Nº /23, CELEBRADO ENTRE A COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET E

A **COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET**, com sede nesta Capital na Rua Barão de Itapetininga nº 18, inscrita no CNPJ sob o nº 47.902.648/0001-17, neste ato representada por seus Representantes Legais ao final assinados, doravante designada **CET** e com sede nesta Capital, na , CEP , com Telefone(s) nº(s) , inscrita no CNPJ sob o nº e Inscrição Estadual nº , neste ato representada por seu(s) Representante(s) Legal(is) ao final assinado(s), doravante designada **CONTRATADA**, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATUAL

1.1. Constitui objeto deste Contrato, pelo **regime de execução de empreitada por preço unitário**, a prestação de serviços de inventário físico, envolvendo a substituição de todas as plaquetas de identificação de bens da CET, levantamento patrimonial do ativo imobilizado, avaliação patrimonial dos bens móveis inventariados e dos bens intangíveis, além da conciliação dos registros com os bens localizados fisicamente, obrigando-se a **CONTRATADA** a executá-lo de acordo com o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/21**, o Anexo I – Termo de Referência e Locais para a Execução dos Serviços e Desenho das Plaquetas, o Anexo III – Proposta, e demais elementos que compõem o expediente mencionado no preâmbulo, os quais passam a integrar este instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA/PRAZO/LOCAL DE SERVIÇO

2.1. O prazo de duração deste Contrato é de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos inferiores, iguais e sucessivos, até conclusão dos serviços, respeitado o limite legal.

2.1.1. O prazo para início da execução dos serviços é de até 5 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato, para proceder as preparações e iniciar os serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DO SERVIÇO

3.1. O detalhamento da prestação dos serviços está descrito no Anexo I - Termo de Referência e relação dos prédios da **CET** e Desenho das Plaquetas.

3.2. REUNIÃO DE ABERTURA - no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da assinatura do contrato, será realizada reunião de que se trata o item inicial do planejamento, na sede da **CET**. A reunião será registrada em Ata que fará parte do instrumento contratual.

3.3. REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO DO DIAGNÓSTICO - no prazo de até 07 (sete) dias úteis após a reunião de abertura, a **CONTRATADA** deverá apresentar diagnóstico que inclua as premissas, restrições, peculiaridades, ameaças e riscos associados à execução dos serviços, além de descrever claramente as metodologias utilizadas, especialmente no que diz respeito à transição dos códigos de identificação antigos para os novos, garantindo a segurança dessa operação. A **CONTRATADA** também deverá apresentar cronograma com prazos para a execução dos serviços, juntamente com um roteiro detalhado das visitas. Esse roteiro deverá especificar as atividades relacionadas à operacionalização e logística dos serviços em todas as localidades mencionadas no Anexo I – Termo de Referência e Locais para a Execução dos Serviços e Desenho das Plaquetas.

3.4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO - a evolução da execução do cronograma dentro dos prazos estabelecidos deverá ser monitorada e enviada diariamente pela CONTRATADA para a CET por meio eletrônico.

3.5. Fica assegurado, sem ônus para a **CET**, o direito de exigir o refazimento ou complemento, caso seja constatada irregularidade nos serviços.

3.6. A **CONTRATADA** entenderá que o responsável formal pela aprovação do serviço será o Gestor do Contrato.

3.7. Todos os funcionários envolvidos na prestação de serviço deverão estar devidamente registrados, capacitados e treinados, para executar os serviços em condições de segurança e com qualidade.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

4.1. A **CONTRATADA** deverá indicar seu preposto em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da assinatura deste Instrumento, que a representara e se responsabilizara por todos os aspectos técnicos e legais, devendo efetuar o acompanhamento contínuo e periódico da execução do Contrato, informando e-mail e telefone para contato.

4.2. A **CONTRATADA** concorda com as normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta e Integridade da CET, disponível no site da CET/Transparência CET, no link: <http://www.cetsp.com.br/media/719911/codigo-de-conduta-e-integridade-1a-rev.pdf>, comprometendo-se com o seu integral cumprimento, inclusive por parte de seus empregados e prepostos, conforme previsto na Lei Federal nº 13.303/16 e no Decreto Municipal nº 58.093/18, comprometendo-se com a ética, dignidade, decoro, zelo e eficácia e os princípios morais que norteiam as atividades desempenhadas no exercício profissional e fora dele, em razão das obrigações contratuais assumidas, com foco na preservação da honra e da tradição dos interesses e serviços públicos.

4.3. A **CONTRATADA** deverá manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste Contrato.

4.4. Informar o cronograma de visitas do período seguinte, para que os responsáveis pelos locais sejam comunicados.

4.5. Os serviços serão executados, em dias úteis, em horários previamente acordados entre as partes com base no cronograma, sendo indicado pela **CET** o responsável em cada local para acompanhamento dos trabalhos.

4.6. A **CONTRATADA** deverá manter seu pessoal identificado mediante crachá, quando em trabalho.

4.7. A **CONTRATADA** deverá respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas de segurança do trabalho, disciplinares de higiene, segurança e demais regulamentos vigentes, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços.

4.8. A **CONTRATADA** deverá respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da **CET**.

4.9. A **CONTRATADA** deverá arcar com a despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados nas dependências da **CET**.

4.10. A **CONTRATADA** responsabiliza-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a **CET**.

4.11. A **CONTRATADA** deverá tomar todas e quaisquer providências para a proteção do patrimônio da **CET**, de forma a evitar danos aos mesmos, sob pena de ressarcimento dos eventuais prejuízos causados.

4.12. Se a **CET**, no curso da execução deste contrato, tomar ciência de que a **CONTRATADA** não está cumprindo suas obrigações trabalhistas, comunicará o fato à Delegacia Regional do Trabalho e ao Ministério Público do Trabalho, para adoção das medidas cabíveis em cumprimento ao Decreto Municipal nº 50.983/09.

4.13. A **CONTRATADA** obriga-se a reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos serviços.

4.14. A **CONTRATADA** deverá prestar esclarecimentos solicitados, bem como comunicar no prazo de 24 horas a **CET**, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento deste contrato.

4.14.1. Toda a comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito, através de e.mail, correspondências ou atas. A notificação tornar-se-á efetiva, após seu recebimento, que servirá de documento legal da execução dos fornecimentos

4.15. A **CONTRATADA** deverá comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela **CET**, por meio de pessoa devidamente credenciada, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com o serviço contratado.

4.16. Respeitar as normas técnicas pertinentes, mesmo que estas não estejam discriminadas nas especificações, sem ônus para a **CET**.

4.17. A **CONTRATADA** deverá manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CET

5.1. Designar o Gestor e o fiscal do Contrato.

5.2. Exercer a fiscalização, verificando se o serviço está sendo cumprido nos moldes deste contrato, do Anexo I – Termo de Referência e do Anexo III – Proposta, sendo que tal fiscalização não isenta a **CONTRATADA** da necessidade de realizar a supervisão do serviço, nem reduz sua responsabilidade por qualquer eventual irregularidade.

5.3. Esclarecer prontamente as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela **CONTRATADA**.

5.4. Encaminhar a liberação de pagamento das faturas devidamente aprovadas, referente ao serviço efetuado pela **CONTRATADA**.

5.5. Rejeitar, quando for o caso, com a devida justificativa, o serviço entregue fora das especificações contratadas.

5.6. Devolver, quando for o caso, com a devida justificativa, o produto entregue fora das especificações contratadas.

5.7. Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela **CONTRATADA** de quaisquer cláusulas estabelecidas.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO

6.1. Não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pelos serviços do objeto deste contrato, a **CET**, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá o direito de fiscalizar o fiel cumprimento das especificações exigidas, a fim de assegurar o seu recebimento ou manifestar sua recusa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR E PREÇOS

7.1. O valor total do presente Contrato é de R\$ (), em função do preço indicado na Proposta, na data base de / /23.

7.2. Os preços unitários e as quantidades previstas do objeto deste Contrato são:

Item	Descrição dos Serviços	Unidade	Preço unitário R\$
7.2.1.	Prestação de serviços de inventário físico, envolvendo a substituição de todas as plaquetas de identificação de bens da CET, levantamento patrimonial do ativo imobilizado, avaliação patrimonial dos bens móveis inventariados e dos bens intangíveis, além da conciliação dos registros com os bens localizados fisicamente.	Serviço	

7.3. O preço unitário para os serviços, são os constantes da proposta da licitante e remunerará todos os custos básicos diretos, bem como o frete, transporte, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais ou quaisquer outros que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1. A **CONTRATADA** emitirá Nota Fiscal Eletrônica ou documento equivalente, correspondente aos serviços efetuados, que será paga, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do adimplemento da obrigação.

8.1.1. O pagamento dos serviços serão efetuados em 2 (duas) parcelas, conforme cronograma abaixo:

- 50% (cinquenta por cento), após a realização e o aceite da etapa de **levantamento patrimonial**, compreendendo inventário físico, conciliação patrimonial, conciliação contábil e a dos relatórios;
- 50% (cinquenta por cento), após a realização e o aceite da etapa **avaliação patrimonial**, compreendendo a avaliação dos bens, determinação da vida útil, apuração do valor residual, teste de recuperabilidade (impairment test) e emissão dos relatórios;

8.1.2. Além da nota fiscal eletrônica ou documento equivalente, o pedido de pagamento deverá ser acompanhado de toda a documentação, relativa à regularidade fiscal e trabalhista, exigidas na licitação e prova de inexistência no CADIN do Município de São Paulo.

8.1.3. A **CONTRATADA** deverá apresentar, além das documentações anteriores, os seguintes documentos, relativos aos seus funcionários que prestam serviço na **CET**:

- Relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP;
- Guias de recolhimento GFIP e GPS;
- Recibo de conectividade social;
- Folha de pagamento dos empregados relativa ao mês da prestação de serviços;
- Comprovante do recolhimento das contribuições do INSS e do FGTS.

8.2. Ocorrendo eventual atraso no pagamento da parcela mensal, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro rata tempore”), observando-se para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu, nos termos da Portaria 05/12 - Secretaria de Finanças.

8.3. O pagamento será efetuado em **duas parcelas**, após cada um dos eventos, exclusivamente, em conta corrente da **CONTRATADA**, na Caixa Econômica Federal - CEF. A informação deverá ser encaminhada para a Gerência Financeira - GFI na Rua Barão de Itapetininga nº 18 - 4º andar - Centro/SP.

8.3.1. Caso a **CONTRATADA** solicite que o pagamento seja creditado em conta corrente de outro banco que não o indicado pela **CET**, arcará com todas as despesas e tarifas bancárias vigentes, incorridas na transação de pagamento: DOC, TED, tarifa de emissão de cheque e outras.

8.4. A **CONTRATADA** deverá encaminhar os arquivos eletrônicos para a Gerência Financeira - GFI (e.mail: gfi@cetsp.com.br) no caso de utilização da DANFE, ficando o pagamento condicionado ao encaminhamento desses arquivos.

8.5. Caso o documento fiscal seja apresentado com erro, será devolvido para correção, contando-se novo prazo para análise, aprovação e pagamento a partir da reapresentação.

8.6. Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das responsabilidades contratuais, nem implicará na aceitação da do fornecimento/instalação pela **CET**.

CLÁUSULA NONA - DOS IMPOSTOS E INCIDÊNCIAS FISCAIS

9.1. Os tributos, taxas, impostos, emolumentos, contribuições previdenciárias, trabalhistas, fiscais e parafiscais que sejam devidos em decorrência, direta ou indireta, deste Contrato, serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, assim definido na legislação vigente, sem direito a reembolso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS GARANTIAS

10.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CET** a garantia de execução contratual, no valor de R\$ (), correspondente a 3% (três por cento) do valor do Contrato, a fim de assegurar a sua execução. A garantia estipulada acima deve ser apresentada no momento de assinatura do Contrato. A **CONTRATADA** poderá solicitar o prazo de 10 dias úteis, contados da assinatura do termo contratual, para a apresentação da garantia contratual, conforme artigo 141 § 7º do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênio – RILCC da **CET**.

10.1.1. A garantia estipulada será prestada em qualquer das modalidades admitidas no artigo 70 da Lei Federal nº 13.303/16 e será restituída após o Termo de Recebimento Definitivo, atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente.

10.1.2. A não apresentação da garantia, prevista no subitem 10.1, em até 20 (vinte) dias úteis, autorizará a rescisão contratual do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

10.1.3. Em caso da **CONTRATADA** optar pela prestação da Garantia na modalidade de Fiança Bancária, esta deverá apresentá-la conforme **Modelo de Fiança Bancária** contida no Anexo VIII do Edital.

10.2. A garantia será devolvida à **CONTRATADA** em até 30 (trinta) dias corridos, da lavratura do Termo de Recebimento Definitivo do objeto e após a quitação das multas contratuais eventualmente existentes, atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente.

10.3. Se houver prorrogação ou acréscimo ao valor do Contrato, a **CONTRATADA** se obriga a fazer a complementação da garantia na assinatura do respectivo Termo Aditivo, ou excepcionalmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do respectivo Termo Aditivo.

10.4. A **CONTRATADA** garantirá a qualidade dos serviços, comprometendo-se a refazer, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, aqueles que apresentarem qualquer tipo de irregularidade, arcando com os custos decorrentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE

11.1. Os preços contratados somente poderão ser reajustados após um ano da data limite para apresentação da proposta, pela variação do índice IPC-FIPE, com base na Portaria SF nº 389 de 18 de dezembro de 2017, que dispõe instruções para cumprimento excepcional do artigo 7º do Decreto Municipal nº 57.580/17 observando-se as demais normas que regulamentam a matéria.

11.2. As condições de reajustamento ora pactuadas poderão ser alteradas em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Pelo descumprimento das obrigações assumidas e não atendimento do objeto estabelecido nesta contratação, a **CONTRATADA** estará sujeita às penalidades de advertência e multas/sanções a seguir especificadas e cujo cálculo tomará por base o valor do Contrato nas mesmas bases do ajuste, com fundamento no Capítulo II, Seção III, art. 82 da Lei Federal nº 13.303/16 e Capítulo XIII do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios – RILCC da **CET**, garantindo o contraditório e a ampla e prévia defesa:

12.1.1. Advertência em caso de não atendimento aos prazos e condições estabelecidos nos itens 4.1, 4.14 e 8.4. deste contrato e sempre que o ato praticado pela **CONTRATADA**, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à CET, sua instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros. A aplicação da advertência deverá ser comunicada por correspondência escrita, mesmo que registrada da forma eletrônica ou em atas de reunião, devendo ocorrer seu registro junto ao Cadastro Corporativo da CET, independentemente da **CONTRATADA** ser ou não cadastrada.

12.1.1.1. Caso a **CONTRATADA**, passados 10 (dez) dias corridos da notificação de Advertência, continuar a apresentar as infrações especificadas no **subitem 13.1.1**, incidirá multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) calculada sobre o valor mensal do Contrato. Após 20 (vinte) dias corridos de descumprimento, estará caracterizada inexecução parcial do Contrato, com a aplicação das penalidades inerentes.

12.1.2. Multa em até 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor do contrato, até o limite de 2% (dois por cento), para as infrações seguintes:

A – Inexecutar total ou parcial qualquer obrigação assumida em decorrência da contratação, inclusive, no que diz respeito ao prazo de conclusão e entrega dos relatórios finais;

B – Não atender as convocações para prestar esclarecimento sobre as obrigações do objeto contratado;

C – Ensejar o retardamento da execução dos serviços do objeto contratado;

D – Descumprir quaisquer condições previstas no Anexo I – Termo de Referência.

12.1.3. Multa compensatória de 15% (quinze por cento), aplicada sobre o valor global do Contrato, para as infrações previstas nos subitens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4 do Anexo I – Termo de Referência, após transcorrido o limite definido no item anterior.

12.1.4. Multa compensatória de 20% (vinte por cento), aplicada sobre o valor global do Contrato, para as infrações previstas nos subitens 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8 do Anexo I – Termo de Referência.

12.1.5. Considera-se inexecução total do ajuste o atraso superior a 20 (vinte) dias do prazo fixado para a entrega de todo o objeto contratado.

12.1.6. Considera-se inexecução parcial do ajuste o atraso superior a 10 (dez) dias úteis e inferior a 20 (vinte) dias úteis do prazo fixado para a entrega de parcela do objeto contratado.

12.1.7. Multa em até 1% (um por cento), por dia, sobre o **valor total contratual** quando, sem justa causa aceita pela **CET**, a **CONTRATADA** não cumprir com qualquer outra obrigação assumida em decorrência do presente contrato, para a qual não haja penalidade específica, até o limite de 10 (dez) dias úteis, após o que restará configurada inexecução parcial contratual, com a aplicação das penalidades inerentes.

12.1.8. Multa em até 3% (três por cento) do valor global do contrato, no caso de atraso na entrega da garantia contratual.

12.1.9. Pelo inadimplemento total ou parcial deste contrato, independentemente da rescisão, a **CONTRATADA** ficará sujeita a critério da **CET** às seguintes penalidades:

12.1.9.1. Multa de 10% (dez por cento), sobre a parcela não executada, por inexecução parcial do ajuste, nos termos do Artigo 193, V do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios – RILCC da **CET**.

12.1.9.2. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global contratual, por inexecução total do ajuste, nos termos do Artigo 193, VI do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios – RILCC da **CET**.

12.1.10. A inexecução parcial ou total do Contrato poderá ensejar sua rescisão nos termos do artigo nº 179 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios – RILCC da **CET**.

12.1.11. Previamente à aplicação de quaisquer penalidades, a **CONTRATADA** será notificada pela **CET** a apresentar defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação de penalidade.

12.1.12. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO – **CET**, por prazo não superior a 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação, quando houver, em especial:

- a) reincidência de execução insatisfatória do **serviço**;
- b) atraso injustificado na execução dos fornecimentos, contrariando o disposto no contrato;
- c) reincidência na aplicação das penalidades de multa;
- d) irregularidades que ensejem a rescisão contratual;
- e) condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- f) prática de atos ilícitos visando prejudicar a execução do contrato;
- g) prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir a Contratada idoneidade para contratar com a **CET**.

12.1.13. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

a) A declaração de inidoneidade também poderá ser proposta ao Diretor Presidente da **CET** quando constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo da **CET**, evidência de atuação com interesses escusos, inclusive apresentação de documentos falsos ou falsificados ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos à **CET** ou aplicações sucessivas de outras penalidades.

12.1.14. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e sua cobrança não isentará a **CONTRATADA** da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

12.1.15. Eventuais penalidades pecuniárias, aplicadas à **CONTRATADA** após o devido procedimento, poderão ser ressarcidas por meio de compensação, descontando-se de pagamentos vincendos que a **CONTRATADA** tenha a receber da **CET**, relativamente a este Contrato ou, poderão ser descontados da garantia prestada, se houver ou, ainda, ser cobrado administrativa ou judicialmente.

12.1.16. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial.

12.1.17. A compensação citada no item 12.1.15 ficará restrita ao âmbito do presente Contrato.

12.1.18. No caso de aplicação de eventuais penalidades, será observado o procedimento previsto no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios – RILCC da **CET**.

12.1.19. Será remetida à Secretaria Municipal de Gestão - Seção de Cadastro de Fornecedores, cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pela **CONTRATADA**, a fim de que seja averbada a penalização no cadastro municipal de fornecedores.

12.1.20. As sanções/multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, sendo descontadas do pagamento respectivo ou, se for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente.

12.1.21. A fixação dos percentuais de multa previstos nesta cláusula, em percentuais inferiores aos limites indicados, poderá ser definida a critério da autoridade competente, por despacho fundamentado, com base em relato circunstanciado da área **CET** gestora da contratação, observado artigo 188, §2º do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênio – RLCC da **CET**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. A **CONTRATADA** não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto deste Edital, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão contratual e sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14.1. Constituem motivo para rescisão de contrato, dentre outros:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - a alteração da pessoa do contratado, mediante:

a) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital ou no contrato;

III - o desatendimento das determinações regulares da **CET** decorrentes do acompanhamento e fiscalização do contrato;

IV - o cometimento reiterado de faltas na execução contratual;

V - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

VI - a decretação de falência ou a insolvência civil do contratado;

VII - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

VIII - razões de interesse da CET, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;

IX - o atraso nos pagamentos devidos pela CET decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

X - a não liberação, por parte da CET, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XI - a ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XII - a não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;

XIII - o descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

XIV - o perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

XV - ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública; ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

14.1.1. As práticas passíveis de rescisão, tratadas nesse inciso, podem ser definidas, dentre outras, como:

- a) corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da Companhia no processo licitatório ou na execução do contrato;
- b) fraudulenta: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do contrato;
- c) colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes da Companhia, visando estabelecer preço sem níveis artificiais e não competitivos;
- d) coercitiva: causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

- e) obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

14.1.2. As práticas exemplificadas no subitem **15.1.1.**, além de acarretarem responsabilidade administrativa, a ser apurada no curso do próprio processo administrativo de contratação, de acordo com o caso concreto, poderão implicar em responsabilidade civil indenizatória e/ou indenização na esfera criminal, nos termos da Lei.

14.2. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. O objeto do Contrato somente será recebido quando perfeitamente de acordo com as condições contratuais e demais documentos que fizerem parte do ajuste.

15.2. Executado o contrato, o seu objeto deverá ser recebido:

I - em se tratando de obras e serviços:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização; ou
- b) definitivamente, pelo Gestor do Contrato.

15.2.1. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e pelo contrato.

15.2.2. Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização da autoridade competente, formalizada através de Aditamento, desde que celebrado anteriormente ao término da vigência contratual.

15.2.3. Na hipótese de rescisão do contrato, caberá ao responsável pela fiscalização atestar as parcelas adequadamente concluídas, recebendo provisória ou definitivamente, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1. Lei Federal nº 13.303/16, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar nº 147/14, Lei Municipal nº 13.278/02, Decreto Municipal nº 56.475/15, Decreto Municipal nº 56.633/15 e legislação correlata, aplicando-se, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Para execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, nos termos do Decreto nº 56.633, de 24 de novembro de 2015.

17.2. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. Para solucionar quaisquer questões oriundas deste Contrato, é competente, por disposição legal, o foro da Fazenda Pública da Comarca da Capital, São Paulo.

E, por se acharem assim justas e contratadas, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo indicadas, que também o assinam.

São Paulo, de de 2023.

PELA CET

PELA CONTRATADA

Assinatura do Representante Legal

NOME:

RG:

CPF:

TESTEMUNHAS:

1) Assinatura da testemunha

NOME :

RG:

CPF:

2)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/23

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INVENTÁRIO FÍSICO E AVALIAÇÃO PATRIMONIAL, COM
SUBSTITUIÇÃO DE TODAS AS PLAQUETAS

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

À

CET/SP COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO

Nome da empresa:

Endereço Completo:

CNPJ Nº:

por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) .
, portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº
, DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos
impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação
judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos
fiscais ou creditícios, transitada em julgado ou não desafiada por recurso com efeito
suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de
declarar ocorrências posteriores.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Nome por extenso:

RG

CPF/MF

Cargo:

(em papel timbrado da empresa proponente)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/23

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INVENTÁRIO FÍSICO E AVALIAÇÃO PATRIMONIAL, COM
SUBSTITUIÇÃO DE TODAS AS PLAQUETAS

ANEXO VI

DECLARAÇÃO SOBRE TRABALHO DE MENORES

Eu _____ RG _____ legalmente nomeado
representante da empresa _____, CNPJ nº _____
Licitante no procedimento licitatório nº _____ na modalidade de Pregão Eletrônico,
expediente nº _____ / _____, **DECLARO**, para fins do disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da
Constituição Federal, que não emprego menores de dezoito anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre e não emprego menor de dezesseis anos.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa
Nome por extenso:
RG
CPF/MF
Cargo:

(em papel timbrado da empresa proponente)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/23

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INVENTÁRIO FÍSICO E AVALIAÇÃO PATRIMONIAL, COM
SUBSTITUIÇÃO DE TODAS AS PLAQUETAS

ANEXO VII

DECLARAÇÃO SOBRE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Nome da empresa:
Endereço Completo:
CNPJ Nº:

Sr(a) _____, por intermédio de seu representante legal o(a)
_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____
e do CPF nº _____. DECLARA, sob as penas da lei e por ser
a expressão da verdade e para fins do disposto no subitem nº **11.2.3.3.1.2.** do Edital, que não
está cadastrada na Prefeitura de São Paulo e portanto nada deve ao município de São Paulo
relativamente aos Tributos Mobiliários.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa
Nome por extenso:
RG
CPF/MF
Cargo:

**OBS.: esta declaração deverá ser preenchida e apresentada no original, apenas pelas
empresas que não são cadastradas no Município de São Paulo.**

(em papel timbrado da empresa proponente)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/23

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INVENTÁRIO FÍSICO E AVALIAÇÃO PATRIMONIAL, COM
SUBSTITUIÇÃO DE TODAS AS PLAQUETAS

ANEXO VIII

MODELO DE FIANÇA BANCÁRIA

COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET

A/C: Gerência Financeira

SÃO PAULO - SP

Prezados Senhores,

REF.: FIANÇA BANCÁRIA

1. Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, o Banco S/A, com sede na Rua n.º , inscrito no CNPJ sob o n.º , por seus representantes legais abaixo assinados, se declara fiador e principal pagador da empresa , com sede à Rua n.º inscrita no CNPJ sob o n.º , até o limite de R\$ (), como garantia a fiel, completa, cabal e perfeita execução do Contrato n.º , celebrado entre a empresa afiançada e essa EMPRESA tendo por objetivo a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INVENTÁRIO FÍSICO E AVALIAÇÃO PATRIMONIAL, COM SUBSTITUIÇÃO DE TODAS AS PLAQUETAS**.
2. A fiança, ora concedida, assegura o cumprimento, por parte da empresa afiançada, de qualquer das Cláusulas e/ou condições relativas ao Contrato supra indicado, e o valor da fiança, presentemente concedida, poderá ser recebido por essa Companhia, a qualquer tempo independentemente de autorização do afiançado ou ainda, de ordem judicial, e independentemente de qualquer prévia justificação.
- 2.1. No caso de garantia prestada sob a forma de Fiança Bancária, deverá constar uma cláusula expressa no termo da fiança estabelecendo que a garantia prestada abrangerá todos os fatos passíveis de ressarcimento comprovadamente havidos na vigência do Contrato, ainda que constatados, notificados e/ou exigidos pela credora **CET** após o término de sua vigência e/ou exigidos pela credora **CET** em até **90 (noventa) dias**, contados do encerramento definitivo deste Contrato.
3. Este Banco renuncia, expressamente, aos benefícios do artigo 827, do Código Civil Brasileiro, e declara, sob as penas da lei que:
 - 3.1. Está, legal e estatutariamente autorizado a assinar a presente carta de fiança;
 - 3.2. Esta fiança acha-se devidamente contabilizada, satisfazendo todas as exigências da Legislação bancária e regulamentações e determinações do Banco Central, aplicáveis a espécie;
 - 3.3. O valor da presente fiança, se contém dentro dos limites permitidos por aquele órgão federal.
4. A presente fiança bancária, vigorará pelo prazo de () dias, prorrogável, automaticamente, até a consecução das obrigações contratuais e desde que liberada mediante comunicação por escrito, dessa Companhia.

Local e data

BANCO

S/A *

*FIRMA RECONHECIDA DOS SUBSCRITORES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/23

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INVENTÁRIO FÍSICO E AVALIAÇÃO PATRIMONIAL, COM
SUBSTITUIÇÃO DE TODAS AS PLAQUETAS

ANEXO IX

DECLARAÇÃO SOBRE CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Nome da empresa:

Endereço Completo:

CNPJ Nº:

, por intermédio de seu representante legal o(a)

Sr(a) , portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do

CPF n.º DECLARA, sob as penas da lei e por ser a expressão da verdade
que atende as condições de participação, não se enquadrando nas hipóteses de
IMPEDIMENTO previstas na cláusula 4 do Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Nome por extenso:

RG

CPF/MF

Cargo:

(em papel timbrado da empresa proponente)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/23

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INVENTÁRIO FÍSICO E AVALIAÇÃO PATRIMONIAL, COM
SUBSTITUIÇÃO DE TODAS AS PLAQUETAS

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE CIENCIA DO CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE DA CET

Nome da empresa:

Endereço Completo:

CNPJ Nº:

, por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr(a) , portador(a) da Carteira de Identidade nº
e do CPF nº .

DECLARA, para os devidos fins, que estamos cientes e concordamos com as normas, políticas e práticas estabelecidas no **CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE DA CET**, conforme texto publicado no site da **CET**, www.cetsp.com.br, através do link <http://www.cetsp.com.br/media/719911/codigo-de-conduta-e-integridade-1a-rev.pdf>; comprometendo-nos com o seu integral cumprimento, inclusive por parte dos nossos empregados e prepostos, conforme previsto na Lei Federal 13.303/19 e no Decreto Municipal 58.093/18, comprometendo-nos com a ética, dignidade, decoro, zelo, eficácia e os princípios morais que norteiam as atividades desempenhadas no exercício profissional e fora dele, em razão das obrigações contratuais assumidas, com foco na preservação da honra e da tradição dos interesses e serviços públicos.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Nome por extenso:

RG

CPF/MF

Cargo:

(em papel timbrado da empresa proponente)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/23

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INVENTÁRIO PATRIMONIAL E REAVALIAÇÃO DE VALOR
E DE VIDA ÚTIL DOS BENS DO ATIVO IMOBILIZADO

ANEXO XI

CREDENCIAMENTO PARA A VISTORIA TÉCNICA FACULTATIVA

Solicitamos o credenciamento como representante(s) da empresa (razão social e CNPJ), com a finalidade de realizar a **VISTORIA TÉCNICA FACULTATIVA** prevista no respectivo Edital, que será realizada conforme segue:

Data: / /

Horário:

Local:

Representante 01:

Nome:

Cargo:

RG:

Representante 02:

Nome:

Cargo:

RG:

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa perante a licitação

Nome por extenso:

R.G.:

CPF:

Cargo:

(em papel timbrado da empresa proponente)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/23

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INVENTÁRIO PATRIMONIAL E REAVLIAÇÃO DE VALOR
E DE VIDA ÚTIL DOS BENS DO ATIVO IMOBILIZADO

ANEXO XII

COMPROVANTE DE VISTORIA TÉCNICA FACULTATIVA

Declaramos para os devidos fins que realizamos a **VISTORIA TÉCNICA FACULTATIVA**, conforme segue:

- Data: / /
- Horário: Início: h m - Término: h m
- Local:

As dúvidas que se persistirem serão encaminhadas à **CET** em conformidade com o estabelecido no respectivo Edital.

Local e data

REPRESENTANTE LEGAL 01 DA LICITANTE

NOME :
CARGO:
RG:

REPRESENTANTE LEGAL 02 DA LICITANTE

NOME :
CARGO:
RG:

ASS. DO COORDENADOR TÉCNICO DA CET

NOME :
CARGO:
RG DA CET/GERÊNCIA:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/23

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INVENTÁRIO PATRIMONIAL E REAVLIAÇÃO DE VALOR
E DE VIDA ÚTIL DOS BENS DO ATIVO IMOBILIZADO

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO VISTORIA TÉCNICA

Declaramos para os devidos fins que não realizamos a **VISTORIA TÉCNICA FACULTATIVA**, temos pleno conhecimento das condições locais para a realização do serviço e nos responsabilizamos pela elaboração da Proposta – Anexo III.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa perante a licitação

Nome por extenso:

R.G.:

CPF:

Cargo:

(em papel timbrado da empresa proponente)

TERMO DE REFERÊNCIA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INVENTÁRIO FÍSICO E AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

1. OBJETO

O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE INVENTÁRIO FÍSICO COM SUBSTITUIÇÃO DE TODAS AS PLAQUETAS E AVALIAÇÃO DOS BENS DA COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO – CET, COM APROXIMADAMENTE 30.000 ITENS**, conforme especificações mínimas descritas abaixo:

1.1 Serviço de substituição de todas as plaquetas antigas por plaquetas novas de cor amarela, que deverão ser fornecidas pela **CONTRATADA**, no modelo e na quantidade estabelecida pela **CET**;

1.2. Serviços de levantamento patrimonial do ativo imobilizado e intangível da base de dados no sistema da **CET**, resultando na atualização da conciliação físico e contábil de todos os bens, através da conversão e análise da base contábil, inventário patrimonial, conciliação físico x contábil, apurando e saneando eventuais sobras físicas e contábeis;

1.3. Serviço de avaliação patrimonial dos bens móveis inventariados e dos bens intangíveis, com a utilização do conceito de teste de recuperabilidade (*impairment test*) na forma disciplinada pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700/2017, pronunciamentos correlatos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis específicos, Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e demais instrumentos legais aplicados à matéria;

1.4. Serviço de avaliação patrimonial do imóvel de propriedade da **CET**, denominado unidade Barão, situado à rua Barão de Itapetininga, 18 – República/SP – CEP 01042-000;

1.5. Conciliação dos registros com os bens localizados fisicamente, correlacionando item a item, apurando as possíveis sobras contábeis e físicas.

2. VIGÊNCIA/PRAZOS

2.1. O prazo total do Contrato é de 90 (noventa) dias, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos inferiores, iguais e sucessivos, até a conclusão dos serviços, respeitado o limite legal.

2.2. A execução dos serviços terá início a partir da data indicada pela **CET** na Autorização para o Início dos Serviços.

2.2.1. Os trabalhos serão realizados em dias úteis e em horários comerciais, de acordo com o cronograma estabelecido na etapa de planejamento.

2.3. No prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da assinatura do contrato, será realizada a reunião inicial do planejamento (reunião de abertura).

2.4. No prazo de até 07 (sete) dias úteis após a reunião de abertura, a **CONTRATADA** deverá apresentar seu diagnóstico para a execução dos serviços (reunião para apresentação do diagnóstico).

2.5. A **CONTRATADA** terá o prazo de até 15 (quinze) dias, a partir da assinatura do contrato, para fornecer todas as plaquetas de identificação.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

Conforme “Anexo I – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS”

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Indicar, no prazo máximo de dois dias a partir da assinatura deste Instrumento, o Responsável Técnico do Contrato para atuar como representante, fornecendo os números de telefone e outros meios de contato pertinentes. Essas informações serão utilizadas para representar a **CONTRATADA** na execução deste Contrato.

4.2. Informar o cronograma de visitas para que os responsáveis pelos locais sejam devidamente comunicados.

4.3. Utilizar de mão de obra qualificada, necessariamente, de pelo menos 01 profissional de nível superior de cada uma das áreas de administração, contabilidade e economia e, no mínimo, de 02 profissionais da área de engenharia, além de auxiliares técnicos, para compor as equipes de trabalho, que deverão ser dimensionadas de modo a atender o prazo estabelecido para a execução dos serviços.

4.4. Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela **CET**, por meio de pessoa devidamente credenciada, a fim de realizar exames e fornecer esclarecimentos sobre quaisquer problemas relacionados ao serviço contratado.

4.5. Executar os serviços conforme discriminado neste Termo de Referência, incluindo os “Anexos I - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS” e “II - RELAÇÃO DOS ENDEREÇOS FÍSICOS DA CET”.

4.6. Prestar todos os esclarecimentos solicitados e comunicar, dentro de um prazo de 24 horas, qualquer fato ou anormalidade que possa, eventualmente, prejudicar o progresso adequado dos serviços.

4.7. Responsabilizar-se exclusivamente por quaisquer danos causados durante a execução dos serviços, devendo assumir todas as medidas necessárias para efetuar as reparações, caso sejam requeridas.

4.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à **CET**.

4.9. Apresentar à **CET**, ao fim dos trabalhos realizados, os relatórios finais e laudos pertinentes o trabalho.

4.10. Manter a confidencialidade de todos os dados e informações obtidas na execução dos trabalhos.

5. FISCALIZAÇÃO

5.1. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da **CET** e não implica em sua corresponsabilidade, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da efetiva **CONTRATADA**, inclusive por danos que possam ser causados a **CET** ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da efetiva contratada na execução dos serviços.

5.2. Não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pelos serviços do objeto deste contrato, a **CET**, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá o direito de fiscalizar o fiel cumprimento das especificações exigidas, a fim de assegurar o seu recebimento ou manifestar sua recusa.

5.3. A **CET** registrará as deficiências porventura existentes na execução dos serviços e/ou inobservâncias dos aspectos de segurança envolvidos, comunicando-as à **CONTRATADA** para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

6. OBRIGAÇÕES DA CET

6.1. Permitir o acesso dos empregados da **CONTRATADA** às suas dependências para execução dos serviços referentes ao objeto do presente instrumento, quando necessário, observadas as normas de segurança existentes.

6.2. Exercer a fiscalização dos serviços, sendo que essa fiscalização não isenta a **CONTRATADA** da necessidade de realizar a supervisão dos serviços, nem reduz a sua responsabilidade por qualquer irregularidade.

6.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

7. VALOR E PREÇO DOS SERVIÇOS

7.1. O valor dos serviços do **levantamento patrimonial**, compreendendo o fornecimento e substituição das plaquetas de identificação, o inventário físico, a conciliação patrimonial, a conciliação contábil e os relatórios, bem como da **avaliação patrimonial**,

englobando a avaliação dos bens, determinação da vida útil, apuração do valor residual, teste de recuperabilidade (*impairment test*) e dos relatórios será de R\$......

7.2. No preço ora contratado, estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, etc., inclusive seguros, tributos, emolumentos e encargos de qualquer natureza e quaisquer outras despesas que onerem o serviço.

8. FORMA DE PAGAMENTO

8.1. A **CONTRATADA** emitirá nota fiscal ou documento equivalente, correspondente ao fornecimento efetuado, que será pago no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do adimplemento da obrigação.

8.2. Juntamente com a nota fiscal ou documento equivalente, a **CONTRATADA** deverá entregar certidões fiscais atualizadas.

8.3. Os pagamentos serão efetuados conforme cronograma abaixo:

50% (cinquenta por cento) após a realização e o aceite da etapa de **levantamento patrimonial**, compreendendo o inventário físico, a conciliação patrimonial, a conciliação contábil e a emissão dos relatórios;

50% (cinquenta por cento) após a realização e o aceite da etapa **avaliação patrimonial**, compreendendo a avaliação dos bens, determinação da vida útil, apuração do valor residual, teste de recuperabilidade (*impairment test*) e emissão dos relatórios.

8.4. No caso da **CONTRATADA** vier a ser inscrita no CADIN MUNICIPAL durante a vigência do Contrato, deverá fazer prova de regularização de débito(s) inscrito(s), ficando sujeita à suspensão do pagamento do fornecimento enquanto não ficar comprovada a sua regularidade junto ao respectivo cadastro.

9. PENALIDADES

9.1. Após assinatura do instrumento contratual, sem prejuízo das penalidades previstas no artigo 190 do RILCC da **CET** e dos artigos 82 e 83 da Lei nº 13.303/2016, a critério da **CET**, a **CONTRATADA** será penalizada quando:

9.1.1. Inexecutar total ou parcial qualquer obrigação assumida em decorrência da contratação, inclusive, no que diz respeito ao prazo de conclusão e entrega dos Relatórios Finais;

9.1.2. Não atender a convocação para prestar esclarecimentos sobre as obrigações do objeto do Contrato;

9.1.3. Ensejar o retardamento da execução dos serviços do objeto do Contrato;

9.1.4. Descumprir quaisquer condições previstas neste Termo de Referência;

9.1.5. Apresentar, na execução do Contrato, documentação falsa;

9.1.6. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

9.1.7. Comportar-se de modo inidôneo; ou

9.1.8. Cometer fraude fiscal.

9.2. A **CONTRATADA** que cometer quaisquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a **CET**;

9.2.2. Multa moratória de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor global do Contrato, até o limite de 2% (dois por cento), para as infrações previstas nos subitens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4;

9.2.3. Multa compensatória de 15% (quinze por cento), aplicada sobre o valor global do Contrato, para as infrações previstas nos subitens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4, após transcorrido o limite definido no item anterior;

9.2.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento), aplicada sobre o valor global do Contrato, para as infrações previstas nos subitens 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8.

10. VISTORIA TÉCNICA

10.1. As licitantes interessadas em participar da licitação poderão realizar Vistoria Técnica Facultativa nos locais descritos no “Anexo II – RELAÇÃO DOS ENDEREÇOS FÍSICOS DA CET” para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta.

10.2. A Vistoria Técnica Facultativa será realizada de 2^a a 6^a feira, em dias úteis, das 9h00 às 12h00, até 06 (seis) dias úteis antes da data prevista para abertura da sessão do Pregão Eletrônico, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (11) 3396-8255 com o Sr. Pedro Gabriel Sirna dos Santos, do Departamento de Controle de Bens e Imóveis -DCI e e-mail: dcj@cetsp.com.br .

10.3. A Vistoria Técnica Facultativa será realizada de forma individualizada, coordenada por representante da CET e agendada em datas e horários diferentes para cada licitante interessada.

10.4. As licitantes deverão credenciar, no máximo, 02 (dois) representantes que farão a vistoria, conforme modelo de credenciamento “Credenciamento para a Vistoria Técnica Facultativa”.

10.5. Após a Vistoria Técnica Facultativa, a CET emitirá aos interessados presentes o Comprovante de Vistoria Técnica Facultativa, que deverá ser apresentado no dia da abertura do pregão.

10.6. As dúvidas técnicas que persistirem após a Vistoria Técnica Facultativa deverão ser encaminhadas à CET conforme estabelecido no Edital do Pregão.

10.7. Decorrido o prazo previsto no item 10.2, as empresas interessadas que não conseguiram ou declinaram de efetuar a Vistoria Técnica Facultativa poderão participar da licitação sem a realização da mesma, apresentando, no dia da abertura do prego, a Declaração de Não Realização de Vistoria Técnica.

10.8. As Licitantes não poderão alegar, posteriormente, desconhecimento e qualquer prejuízo ou reivindicar qualquer benefício em razão de informações e/ou esclarecimentos obtidos de forma diversa.

11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A **CONTRATADA** deverá apresentar:

11.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado e registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente ao objeto do presente termo de referência, ficando reservado a **CET** o direito de solicitar cópia do contrato, bem como outros documentos cabíveis, a que se refere tal Atestado para fins de diligências.

11.1.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar necessariamente em nome da licitante, conter a identificação da pessoa jurídica emitente, indicando características, quantidade, unidade e prazo, emitido(s) em papel timbrado do(s) atestante(s), constando cargo e o nome legível do signatário, bem como os respectivos números de telefone(s) de contato, para uma eventual consulta, por meio da qual se comprove ter executado, satisfatoriamente, serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação.

11.1.2. Entende-se por mesma natureza e porte, atestado(s) de serviços pertinente ao objeto da licitação que demonstre(m) que a licitante prestou serviços correspondentes a 50% (cincoenta por cento) do objeto da licitação.

11.1.3. Para alcançar o quantitativo exigido, poderá a licitante utilizar-se do somatório das quantidades realizadas em tantos contratos quanto dispuser a **CONTRATADA**, objetivando comprovar que terá condições de atender o(s) serviço(s) do objeto licitado.

11.2. Comprovação da inscrição ou registro em nome da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação.

11.2.1. Caso seja apresentado o Atestado de Capacidade Técnica registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), a **CONTRATADA** deverá apresentar juntamente com o atestado, a relação da equipe técnica que conste o engenheiro ou arquiteto como participante.

11.3. Comprovação de vínculo dos engenheiros ou arquitetos com a empresa **CONTRATADA**, que poderá ser efetuada por meio de cópia autenticada do Contrato de Trabalho na Carteira Profissional, ou cópia autenticada da Ficha de Registro de Empregados, ou contrato de prestação de serviços regidos pela legislação civil comum. No caso do profissional ser sócio ou diretor da Empresa, a comprovação poderá ser

efetuada por meio de cópia autenticada do Contrato Social ou da Ata que comprove a sua eleição no cargo, devidamente registrada na Junta Comercial ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso.

11.4. Apresentar Certidão de Registro do responsável técnico designado pela empresa dentro de seu prazo de validade, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação.

11.5. Caso os Atestados ou Certidões apresentados estejam em unidades diversas daquela prevista no Edital ou no caso de impossibilidade de sua atualização, por hipótese de que os Órgãos emitentes dos Atestados/Certidões já não existam, poderá a própria Proponente efetuar a conversão de unidade, declarando que a faz sob as penas da Lei, juntando a respectiva declaração com o Atestado.

11.6. No caso de alterações societárias e nos casos de fusão, incorporação ou desmembramento de empresas, somente serão considerados os atestados em que, inequívoca e documentalmente, a empresa comprove a transferência definitiva do acervo técnico.

DCI, 29/08/2023

Supervisor do Departamento de Controle de Bens e Imóveis

Gerente de Orçamento e Contabilidade

nf